



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

**EFEITOS DE HISTÓRIAS EXPERIMENTAIS E DE
JUSTIFICATIVAS SOCIAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DE
SEGUIR E NÃO SEGUIR REGRAS EM CRIANÇAS**

Lorena de Medeiros Sousa

Junho de 2013
Belém-Pará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

**EFEITOS DE HISTÓRIAS EXPERIMENTAIS E DE
JUSTIFICATIVAS SOCIAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DE
SEGUIR E NÃO SEGUIR REGRAS EM CRIANÇAS**

Lorena de Medeiros Sousa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Cristina Paiva Paracampo.

Trabalho parcialmente financiado pelo CNPq, através de bolsa de mestrado.

Junho de 2013
Belém-Pará



PPGTPC



Programa de Pós-Graduação em
Teoria e Pesquisa do Comportamento UFPA

Dissertação de Mestrado

“Efeitos de histórias experimentais e de justificativas sociais sobre o comportamento de seguir e não seguir regras em crianças”.

Aluna: LORENA DE MEDEIROS SOUSA

Data da Defesa: 24 de Junho de 2013.

Resultado: Aprovada.

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª. Carla Cristina Paiva Paracampo (UFPA), orientadora.

Prof.ª Dr.ª. Ana Rachel Pinto (CESUPA), Membro.

Prof. Dr. Luiz Carlos de Albuquerque (UFPA), Membro.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Sousa, Lorena de Medeiros, 1984-

Efeitos de histórias experimentais e de justificativas sociais sobre o comportamento de seguir e não seguir regras em crianças / Lorena de Medeiros Sousa. - 2013.

Orientadora: Carla Cristina Paiva Paracampo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2013.

1. Reforço (Psicologia). 2. Psicologia experimental. 3. Crianças. I. Título.

CDD 23. ed. 153.85

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Evandro e Lúcia, por serem como são: uma fonte inesgotável de amor, dedicação, compreensão, amizade, carinho e respeito. Obrigada pelo incentivo ao lembrarem, quase que diariamente, que essa tarefa me esperava e era possível de ser alcançada, pelo amparo acolhedor em todos os momentos, por sempre acreditarem em mim e por garantirem que tudo ficaria bem e que eu seria feliz ao final dessa jornada – e sou! Tudo vale à pena e é possível quando penso que tenho vocês como pais!

Ao meu marido, melhor amigo e fiel companheiro, Álvaro, pelo seu amor, paciência, dedicação e incentivo ao longo dessa jornada. Obrigada por acreditar em mim quando eu não mais sabia se seria capaz de continuar, por acalantar meu coração quando tudo parecia impossível, por encher a minha vida de alegria, e, sobretudo, por não ter me deixado desistir (Confesso que pensei em desistir!). Essa conquista é nossa! E você, sem sombra de dúvida, é a maior de todas as minhas conquistas!

À minha irmã Isabela, minha fiel e eterna companheira, por ser o meu maior exemplo de determinação e coragem. Ao seu lado, tenho aprendido a ser mais forte, a seguir a vida de maneira mais leve e a tornar-me menos inflexível com o diferente. Você é o meu exemplo de vida!

Ao meu irmão Evandro que de uma maneira discreta, quase que imperceptível, me faz sentir amada e respeitada. Obrigada pelo carinho ao enrolar meu cabelo quando estava estressada e pelas visitinhas aconchegantes na minha cama, que sempre me recarregavam para seguir em frente. Você continua sendo o amor da minha vida!

À minha avó Neuza que sempre esteve presente nos momentos mais importantes da minha vida, participando de forma ativa na construção de cada um deles. Obrigada pela dedicação inesgotável e pelo amor incondicional!

À minha avó Icléa, que mesmo de longe, sempre me apoiou e me fez sentir amada. Obrigada por esse precioso amor e pelo incentivo ao estudo presente em todas as nossas conversas.

Ao meu inesquecível avô Ernesto (*in memoriam*) que partiu, deixando um enorme vazio em minha vida. Dedico ao senhor todas as minhas conquistas e o meu amor incondicional. Você estará sempre presente em minha vida!

À minha orientadora, amiga, companheira e dinda Carla, por ter me acolhido de maneira tão calorosa e respeitosa, pela inesgotável dedicação em todos os momentos dessa caminhada, por sempre se fazer tão presente e nunca, jamais me faltar, mesmo

quando estava morando longe, por ter me ensinado e feito apaixonar-me pela árdua arte de fazer pesquisa, pelos momentos de carinho, amparo e aconchego, por acreditar em mim, por lembrar sempre que eu seria capaz de finalizar essa jornada, pelos momentos de alegria e confidências, pelos abraços apertados que me encorajavam a seguir em frente, por agora fazer parte da minha vida e me fazer sentir parte da sua. A você toda minha gratidão e admiração!

À minha amada amiga e dinda Dani, por ser a minha “marida”, minha companheira nessa jornada e em tantas outras, por ser uma amiga fiel e dinda dedicada, por estar ao meu lado sempre, por dividir comigo todas as alegrias e angústias, por ser a pessoa mais “do bem” que eu conheço, por ser tão carinhosa e sempre disponível, por alegrar a minha vida. Sem você tudo teria sido mais difícil! Obrigada por trazer alegria e leveza nessa jornada. A sua amizade foi a maior herança de tudo isso!

À amiga Juliany, pela preciosa parceria nas discussões, coleta de dados, recrutamento das escolas, nas angústias quando a coleta não dava certo, na arte de carregar a mesa experimental pra cima e para baixo, literalmente, pelas alegrias e por ser uma companhia tão zen.

À amiga Wandria, por ser tão carinhosa e disponível, apesar de ter uma agenda apertadíssima. A você, minha eterna gratidão por ter perdido seu precioso final de semana para me ensinar a fazer gráfico e pelas preciosas contribuições metodológicas.

À amiga Andréa pelas valiosas discussões na elaboração desse projeto, pelas contribuições metodológicas, pelo material disponibilizado e pela confiança de sempre.

À amiga Nayra, pelo carinho, pelo incentivo e por estar sempre disponível.

À querida Helô, por ter compartilhado, de maneira tão carinhosa, sua experiência de coleta de dados e ter me ensinado a coletar dados de maneira tão ética e paciente. Sinto-me privilegiada por ter tido você ao meu lado nessa etapa tão importante!

Agradeço ainda ao professor Luiz Carlos e a professora Ana Rachel Pinto pelas preciosas contribuições na qualificação do projeto, por serem interlocutores acessíveis e não coercitivos e por aceitarem estar comigo em mais esta etapa.

À professora Rosângela Darwich por aceitar compor minha banca de defesa, mas sobretudo pela parceria reforçadora ao longo da minha trajetória acadêmica.

Às crianças, pela participação voluntária e por tornarem este trabalho muito mais divertido e reforçador.

Sousa, L.M (2013). **Efeitos de histórias experimentais e de justificativas sociais sobre o comportamento de seguir e não seguir regras em crianças**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém: Universidade Federal do Pará, 50 páginas.

RESUMO

O presente estudo objetivou investigar o efeito de justificativas sociais sobre a ocorrência do comportamento de seguir e não seguir regras em crianças, quando foi construída uma história experimental de reforço para seguir regra correspondente e uma história experimental de reforço para não seguir regra. Vinte crianças entre sete e nove anos de idade foram expostas a um procedimento de escolha segundo o modelo, cuja tarefa consistia em tocar um de dois estímulos de comparação na presença de um estímulo contextual. Os participantes foram distribuídos igualmente em quatro condições experimentais, constituídas de quatro fases cada uma. Nas Condições I e II as Fases 1, 2 e 4 eram iniciadas com a apresentação de instruções correspondentes as contingências de reforço programadas, cujo comportamento de segui-las produzia o ganho de fichas trocáveis por brinquedos e o comportamento de não segui-las produzia a não obtenção de fichas. A Fase 3 era iniciada com a apresentação de uma instrução correspondente que continha uma justificativa para a não emissão das respostas especificadas na instrução. As duas condições diferiam apenas com relação ao tipo de justificativa apresentada na Fase 3. Na Condição I era apresentada uma justificativa para ajudar crianças carentes e na Condição II uma justificativa que envolvia aprovação do experimentador. Nas Condições III e IV as Fases 1, 2 e 4 eram iniciadas com a apresentação de instruções discrepantes das contingências programadas cujo comportamento de segui-las produzia perda de fichas e o comportamento de não segui-las evitava a perda de fichas. A Fase 3 era iniciada com a apresentação de uma instrução correspondente que continha uma justificativa para seguir a instrução que produzia perda de fichas. As duas condições diferiam apenas com relação ao tipo de justificativa apresentada na Fase 3. Na Condição III era apresentada uma justificativa para ajudar crianças carentes e na Condição IV era apresentada uma justificativa que envolvia aprovação do experimentador. Os resultados mostraram que, dos 20 participantes, o comportamento de 17 ficou sob controle da história experimental de reforço para o seguir e não seguir instrução e das conseqüências imediatas produzidas pelo comportamento de seguir e não seguir instruções (ganhar ou evitar perda de fichas), enquanto que o comportamento de dois participantes (Condição II) ficou sob controle da justificativa social (aprovação do experimentador) apresentada para a emissão de um comportamento alternativo ao que produzia fichas e o comportamento de um terceiro participante (Condição III) ficou sob controle da justificativa social (ajudar os outros) para o seguir instrução correspondente, que produzia perda de fichas. Esses resultados apóiam tanto a proposição de que regras são seguidas devido a uma história em que o seguir regra foi reforçado e o não seguir foi punido, quanto à proposição que afirma que regras são seguidas, em parte, devido à apresentação de justificativas para o seu seguimento e não seguimento.

Palavras-chave: comportamento governado por regras; histórias experimentais; justificativas sociais; perda de reforçadores; crianças.

Sousa, L. M (2013). **Effects of experimental history and social justifications on rule following and not following behavior in children.** Master's Thesis. Belém: Behavior Theory and Research Graduate Program, Federal University of Pará, 50 pages.

ABSTRACT

The present study had the objective of investigating the effects of social justifications on the occurrence of rule following and not following behavior in children, when an experimental history of reinforcement for correspondent rule following and for not following rules. Twenty children ranging from seven and nine years of age were exposed to a matching to sample procedure, which task consisted in touching one of two comparison stimuli in the presence of a contextual stimulus. The participants were equally distributed into four experimental conditions, each one constituted of four phases. In Conditions I and II, Phases 1, 2 and 4 began with the presentation of instructions that were correspondent to the programmed contingencies of reinforcement. Behavior of rule following produced tokens exchangeable for toys and not following them produced no tokens. Phase 3 began with the presentation of a correspondent instruction that contained a justification on why not to follow the instruction. The two conditions differed on the type of justification given in Phase 3. In Condition I the justification was to help children in need and in Condition II the justification involved approval from the experimenter. In Condition III and IV, Phases 1, 2 and 4 began with the presentation of instructions that were discrepant to the programmed contingencies of reinforcement. Behavior of rule following produced token loss and not following them avoided token loss. Phase 3 began with the presentation of a correspondent instruction that contained a justification on why to follow the instruction that led to token loss. The two conditions differed on the type of justification given in Phase 3. In Condition III the justification was to help children in need and in Condition IV the justification involved approval from the experimenter. The results showed that the behavior of 17 out of 20 participants came under control of the experimental history of reinforcement of following and not following the instructions and of the immediate consequences produced by instruction following and not following behavior (win or avoid token loss). The behavior of two participants (Condition II) came under control of the social justification (experimenter's approval) presented for the emission of an alternative behavior to the one that produced tokens and another participant's behavior (Condition III) came under control of the social justification (helping others) to follow the correspondent instruction, which produced token loss. These results support both the statement that rules are followed due to a history that rule-following was reinforced and not following was punished, as well as the statement that rules are followed, in part, due to justifications to its following or not following.

Keywords: rule governed behavior; experimental histories; social justifications; reinforce loss; children

SUMÁRIO

Introdução	01
Método	12
Participantes	12
Material e equipamentos.....	12
Ambiente experimental.....	14
Situação experimental.....	14
Procedimento	16
Resultados	29
Discussão	35
Referências	45
Anexo	49
Anexo: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mesa experimental.....	13
Figura 2: Frequência acumulada de respostas de seguir instruções (linha sólida) e de respostas de não seguir instruções (linha tracejada), para cada participante (P) da Condição 1, durante cada fase (F) experimental.	30
Figura 3: Frequência acumulada de respostas de seguir instruções (linha sólida) e de respostas de não seguir instruções (linha tracejada), para cada participante (P) da Condição 2, durante cada fase (F) experimental.	31
Figura 4: Frequência acumulada de respostas de seguir instruções (linha sólida) e de respostas de não seguir instruções (linha tracejada), para cada participante (P) da Condição 3, durante cada fase (F) experimental	32
Figura 5: Frequência acumulada de respostas de seguir instruções (linha sólida) e de respostas de não seguir instruções (linha tracejada), para cada participante (P) da Condição 4, durante cada fase (F) experimental	34

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Descrição do procedimento	17
--	----

De acordo com Skinner (1969) há duas maneiras de estabelecer comportamentos novos: modelando comportamentos através das contingências de reforço ou descrevendo verbalmente tais contingências. Apesar de ambos os comportamentos, depois de estabelecidos, serem topograficamente semelhantes, Skinner (1969) os conceitua como operantes distintos, uma vez que estão sob controle de variáveis diferentes. O primeiro está sob controle das consequências imediatas que seguem as respostas e ocorre independentemente de uma descrição antecedente das contingências, enquanto que o último está sob controle de antecedentes verbais e ocorre independentemente de suas consequências imediatas (Albuquerque, 2001; Albuquerque & Paracampo, 2010).

Para além de tal distinção, Albuquerque e Paracampo (2010) acrescentam ainda que o comportamento pode ficar sob controle da interação entre a regra e a contingência, quando o comportamento estabelecido por regras é mantido, em parte, por suas consequências imediatas ou quando o comportamento estabelecido por suas consequências imediatas é mantido, em parte, por autorregras.

Segundo Paracampo, Albuquerque, Farias, Carvalló e Pinto (2007), grande parte do repertório comportamental dos indivíduos não é estabelecido por contingências de reforço, mas sim por regras que descrevem tais contingências, sejam elas emitidas por um falante externo, sejam elas formuladas pelo próprio indivíduo, o que explica a relevância do tema e a importância da identificação das variáveis responsáveis pela instalação e manutenção do repertório de seguir regras.

Regras¹ são estímulos antecedentes verbais que podem especificar contingências - as condições sob as quais o comportamento deve ser emitido e suas prováveis

¹ No presente estudo, o termo “regras” será utilizado de forma mais geral, referindo-se a uma classe de estímulos antecedentes verbais; o termo “instruções” será utilizado de forma mais restrita, nas descrições dos procedimentos e resultados de pesquisas, referindo-se a um estímulo antecedente verbal específico utilizado em um determinado estudo.

consequências (Skinner, 1969; 1974) - e exercer múltiplas funções, como estabelecer comportamentos novos, independentemente de suas consequências imediatas e alterar as funções dos estímulos, estabelecendo-os como reforçadores, discriminativos e aversivos (Albuquerque, 2001; Albuquerque, 2005; Albuquerque & Paracampo, 2010; Schlinger & Blakely, 1987).

Na área de pesquisa que investiga o comportamento governado por regra a maioria dos estudos tem procurado investigar as condições sob as quais o seguimento de regras é mais ou menos provável de ser mantido (por exemplo, Albuquerque, de Souza, Matos, & Paracampo, 2003; Albuquerque, Reis, & Paracampo, 2006; Barret, Deitz, Gaydos, & Quinn, 1987; Galizio, 1979; LeFrançois, Chase, & Joyce, 1988; Monteles, Paracampo & Albuquerque, 2006; Newman, Buffington, & Hemmes, 1995; Paracampo & Albuquerque, 2004; Paracampo & cols., 2007; Pinto, Paracampo, & Albuquerque, 2008; Torgrud, & Holborn, 1990; Wulfert, Greenway, Farkas, Hayes, & Dougher, 1994).

Entre tais estudos, alguns têm manipulado variáveis históricas (Albuquerque & cols., 2003; Albuquerque & cols., 2006; Martinez & Tomayo, 2005); outros têm manipulado consequências programadas para este comportamento (N. M. A. Albuquerque, Paracampo & L. C. Albuquerque, 2004; Chase & Danforth, 1991; Galizio, 1979; Paracampo, de Souza, Matos & Albuquerque, 2001; Paracampo & Albuquerque, 2004; Paracampo & cols., 2007); e mais recentemente, um terceiro conjunto de estudos tem manipulado o efeito de diferentes propriedades formais² sobre a instalação e manutenção do comportamento de seguir regras (Albuquerque & Ferreira,

²A expressão propriedades formais refere-se às características apresentadas pelo estímulo verbal que determinam, em parte, o que ele parece ser para uma comunidade verbal, de acordo com as suas práticas. Por exemplo, os estímulos: “você deve fazer?”, “você deve fazer”, “você deve fazer o dever”, “você deveria fazer o dever”, apresentam algumas características que permitem que uma determinada comunidade possa dizer que o primeiro tem a forma de uma pergunta, o segundo tem a forma de uma ordem, o terceiro tem a forma de uma regra e essa regra tem a forma de uma ordem e o quarto tem a forma de uma regra e essa regra tem a forma de uma sugestão (Albuquerque & Paracampo, 2010).

2001; Albuquerque, Mescouto & Paracampo, 2011; Albuquerque & Oeiras, 2011; Braga, Albuquerque & Paracampo, 2005; Carvalho, 2012; Castro, 2013; Farias, Paracampo & Albuquerque, 2011; Matsuo, 2012; Tupinambá, 2007). O presente estudo se insere nas três linhas de investigação.

Os estudos que têm manipulado as variáveis históricas, em geral, têm mostrado que o seguimento de regras discrepantes³ das contingências de reforço tende a ser mantido quando: 1) antes de ser exposto a regra discrepante, o participante é exposto a uma história de reforço para o seguimento de regra correspondente⁴, independentemente de o esquema de reforço programado para reforçar o seguimento ou o não seguimento de regra ser um esquema de reforço contínuo ou um esquema de reforço intermitente (Albuquerque & cols., 2003; Albuquerque & cols., 2006; Martinez & Tomayo, 2005); 2) se demonstra controle pelas contingências antes de o ouvinte ser exposto a regra e o esquema utilizado para reforçar o seguimento e o não seguimento de regra é um esquema de reforço intermitente (Albuquerque & cols., 2003); e, 3) o seguimento de regra discrepante deixa de ser reforçado (Albuquerque & cols., 2003; Albuquerque & cols., 2006). Por outro lado, o seguimento de regra discrepante tende a ser abandonado quando o participante é exposto a uma história de punição para o seguimento de regra discrepante (Martinez & Tomayo, 2005); e 2) se demonstra controle pelas contingências antes de o ouvinte ser exposto a regra e o esquema utilizado para reforçar o seguimento e o não seguimento de regra é um esquema de reforço contínuo (Albuquerque & cols., 2006).

Outros estudos que manipularam variáveis históricas mostraram que o seguimento subsequente de regras correspondentes às contingências de reforço programadas tende a ser mantido mesmo quando: 1) é construída uma história em que o

³Regras discrepantes são estímulos antecedentes verbais que não descrevem as contingências em vigor.

⁴Regras correspondentes são estímulos antecedentes verbais que descrevem as contingências em vigor.

seguimento de regras discrepantes produz perda de reforçadores e o não seguimento evita a perda de reforçadores (Paracampo & Silva, 2010); e quando: 2) é construída uma história em que o seguimento de regras discrepantes deixa de produzir reforçadores e o não seguimento de regras discrepantes produz reforçadores (Paracampo & Pureza, 2010).

Já os estudos que têm manipulado o papel das consequências programadas, têm mostrado que o seguimento de regra tende a ser mantido quando: 1) as regras correspondem às contingências de reforço programadas no experimento (Hayes, Brownstein, Zettle, Rosenfarb & Korn, 1986; Joyce & Chase, 1990; LeFrançois & cols., 1988; Paracampo & cols., 2001; Paracampo & cols., 2004; Paracampo & cols., 2007); e 2) o comportamento de seguir regra deixa de ser reforçado ou quando não produz tantos reforços quanto poderia produzir caso mudasse acompanhando as mudanças nas contingências (Hayes & cols., 1986; Paracampo & cols., 2001; Santos, Paracampo & Albuquerque, 2004; Shimoff, Catania, & Matthews, 1981). Por outro lado, o seguimento de regra discrepante tende a deixar de ocorrer quando produz consequências aversivas (N. M. A. Albuquerque & cols., 2004; Chase & Danforth, 1991; Galízio, 1979; Paracampo, Albuquerque & Fontes, 1993; Paracampo & cols., 2001; Paracampo & Albuquerque, 2004; Paracampo & cols., 2007).

Em relação aos aspectos formais das regras, de modo geral, os resultados têm sugerido que as propriedades formais dos estímulos antecedentes verbais podem ser uma variável importante na determinação do controle por regra (por exemplo, Albuquerque & Ferreira, 2001; Albuquerque & cols., 2011; Braga & cols., 2005; Farias & cols., 2011), ou seja, esses estudos têm mostrado que o seguimento de regra é mais provável de ocorrer quando: 1) as regras especificam o comportamento a ser estabelecido (Braga & cols., 2005); 2) quanto menor for o número de diferentes

respostas descritas na regra (Albuquerque & Ferreira, 2001); 3) a regra é apresentada na forma assertiva ou interrogativa (Albuquerque & cols., 2011; Braga & cols., 2005); e 4) a regra é apresentada na forma de uma ordem ou na forma de um acordo (Farias & cols., 2011). Por outro lado, o seguimento de regra é menos provável de ocorrer quando: 1) a regra não especifica o comportamento a ser estabelecido (Braga & cols., 2005); 2) quanto maior for o número de diferentes respostas descritas na regra (Albuquerque & Ferreira, 2001); e 3) a regra é apresentada na forma de uma sugestão (Farias & cols., 2011).

A partir de tais resultados, Albuquerque (2005) e Albuquerque e Paracampo (2010) propõem que regras podem alterar a probabilidade de o comportamento vir a ocorrer no futuro, dependendo, em parte, do tipo de consequência relatada na regra, isto é, dependendo de suas propriedades formais. Com base nessa proposição, o comportamento de seguir regras ocorreria não exclusivamente devido a uma história em que o seguimento de regra foi reforçado e o não seguimento foi punido (Skinner, 1969), mas também devido a uma história de exposição a regras que relatam promessas de reforço para o seguir regras e ameaças de punição para o não seguir regras. O que diferenciaria essas duas histórias é que no primeiro caso, o comportamento de seguir regra fica sob controle das consequências imediatas por ele produzidas, já no segundo caso, o comportamento de seguir regra fica sob controle das justificativas descritas na regra, ou seja, das consequências atrasadas relatadas na regra (Albuquerque & Paracampo, 2010).

Nesse contexto, a fim de tornar o seguimento de regra mais provável de ocorrer, o falante manipula o seu próprio comportamento verbal, isto é, o falante não diz apenas o que o ouvinte deve fazer, mas também oferece justificativas para a ocorrência de tal comportamento. No entanto, tais justificativas passam a exercer controle como um

elemento que faz parte da regra e não como uma consequência, visto que o comportamento não pode ficar sob controle de um evento que ainda não ocorreu (Albuquerque, 2005; Albuquerque & Paracampo, 2010).

Alguns estudos (Albuquerque & Oeiras, 2011; Carvalho, 2012; Castro, 2013; Matsuo, 2012) testaram diretamente tal proposição. Por exemplo, Albuquerque e Oeiras (2011) procuraram investigar se uma história de exposição a justificativas monetárias na forma de acordo poderia afetar o comportamento de seguir regras discrepantes. Para tanto, expuseram oito estudantes universitários a um procedimento de escolha segundo o modelo, os quais foram distribuídos em duas condições experimentais. A Condição 1 era constituída de cinco fases e a Condição 2 de quatro fases. Em ambas as condições a Fase 1, era de linha de base e na Fase 2, a resposta correta era estabelecida por reforçamento diferencial. Na Fase 3 da Condição 1 era apresentada uma instrução discrepante; na Fase 4, era reapresentada a instrução discrepante com uma justificativa na forma de um acordo para segui-la; na Fase 5, a instrução discrepante era reapresentada sem justificativa. Na Fase 3 da Condição 2 era apresentada a instrução discrepante com uma justificativa monetária na forma de um acordo para segui-la; e na Fase 4 era reapresentada somente a instrução discrepante. Os resultados mostraram que todos os participantes, de ambas as condições, não seguiram a instrução discrepante quando era apresentada isoladamente, e a seguiram quando foi apresentada junto com a justificativa monetária na forma de um acordo. Estes resultados indicam que uma história de exposição a justificativas para o seguimento de regras discrepantes pode contribuir para determinar a manutenção do comportamento subsequente de seguir regra discrepante mesmo quando antes da apresentação da regra é demonstrado controle pelas contingências de reforço⁵.

⁵ Alguns estudos mostraram que o comportamento de seguir regras discrepantes tende a deixar de ocorrer quando, antes da apresentação da regra discrepante, um comportamento alternativo ao especificado pela regra mostra-se sob

Nesta mesma linha de investigação Carvalho (2012) objetivou comparar os efeitos da apresentação de uma instrução que especificava consequências imediatas, de menor magnitude (RI), com os efeitos da apresentação de uma instrução que especificava consequências atrasadas, de maior magnitude (RA), manipulando a ordem de apresentação dessas instruções, sua forma de apresentação (isoladamente ou concorrentemente), a forma de distribuição de pontos obtidos no estudo e o intervalo de tempo para a troca desses pontos por dinheiro. Participaram da pesquisa 32 universitários distribuídos igualmente em dois experimentos, que diferiram apenas quanto à forma de distribuição dos pontos obtidos e o intervalo de tempo para a troca desses pontos por dinheiro. Cada experimento foi constituído de quatro condições. No Experimento I o atraso do reforço era limitado a distribuição de pontos durante a sessão, o seguimento de RI produzia pontos durante as sessões e o seguimento de RA produzia pontos apenas no final da pesquisa, sendo os pontos trocados por dinheiro no final da pesquisa. No Experimento II, tanto o seguimento de RI quanto de RA produziam pontos durante as sessões, mas o seguimento de RI implicava que a troca dos pontos por dinheiro ocorreria no final da pesquisa e o seguimento de RA que a troca de pontos ocorreria uma semana depois. Os resultados dos dois experimentos indicam que o controle pela instrução que descrevia consequências de maior magnitude, mas atrasadas (RA), prevaleceu sobre o controle pela instrução que descrevia consequências de menor magnitude, mas imediatas (RI), independentemente da história de reforço construída.

Outro estudo, realizado por Matsuo (2012) procurou investigar o efeito de justificativas sociais e/ou monetárias sobre o comportamento de seguir regras. Doze estudantes universitários foram expostos a um procedimento de escolha segundo o

controle das contingências de reforço programadas. Nestes casos, quando a regra discrepante é apresentada, os participantes deixam de segui-la e passam a emitir o comportamento reforçado na história experimental (Albuquerque & cols., 2006; Albuquerque & Silva, 2006; Silva & Albuquerque, 2007; Albuquerque & cols., 2008).

modelo e distribuídos em quatro condições experimentais constituídas de cinco fases cada, que diferiam apenas quanto à ordem de apresentação das instruções. As instruções sempre especificavam uma sequência de menor custo (sequência de três respostas) e uma sequência de maior custo (sequência de seis respostas) para qual era apresentada uma justificativa monetária (ganhar o dobro de pontos) e /ou social (ajudar outras pessoas) para o seu seguimento. A instrução com a justificativa mínima (JMI) não apresentava justificativa para a emissão de qualquer sequência. Os resultados mostraram que 80% dos participantes optaram pela sequência de maior custo quando expostos a instruções que relatavam justificativas para emissão desta sequência, independente do tipo de justificativa apresentada e independente da ordem de apresentação das justificativas nas quatro condições experimentais. Mostraram também que 75% dos participantes optaram pela sequência de menor custo quando expostos a instrução que relatava justificativa mínima.

Castro (2013) também investigou os efeitos de justificativas sobre o comportamento de seguir regras. Vinte crianças foram expostas a um procedimento de escolha segundo o modelo e distribuídas em quatro condições experimentais que diferiam quanto ao tipo de justificativa utilizada e a fase em que a mesma era apresentada. Nas Condições 1 e 2 as justificativas eram promessas de reforço de maior magnitude (comprar os brinquedos preferidos, se a instrução fosse seguida) e nas Condições 3 e 4, eram promessas de reforço de menor magnitude (comprar os brinquedos menos preferidos, se a instrução não fosse seguida). Nas Fases 1, 3 e 5, de todas as condições, eram apresentadas instruções correspondentes às contingências de reforço programadas e o comportamento de segui-las era conseqüenciado com o ganho de fichas. Nas Fases 2 e 4, de todas as condições, ocorriam mudanças não sinalizadas nas contingências de reforço programadas, e a manutenção do comportamento de seguir

instruções era consequenciado com a perda de fichas. Os resultados mostraram que 17 dos 20 participantes deixaram de seguir instruções quando este comportamento passou a produzir perda de fichas nas Fases 2 e 4, indicando que o controle pelas consequências imediatas prevaleceu sobre o controle pelas consequências relatadas para a manutenção do seguir instruções. Por outro lado, os resultados dos três participantes que seguiram instruções que produziam perda de fichas nas Fases 2 e 4, indicam que uma exposição a justificativas contendo promessas de reforço de maior e menor magnitude também podem contribuir para manter o seguimento de instruções, mesmo que este comportamento produza perda de reforçadores.

Em síntese, os estudos de Albuquerque e Oeiras (2011), Carvalho (2012), Matsuo (2012) avaliaram o efeito de justificativas monetárias e sociais sobre o comportamento de seguir regras discrepantes e correspondentes, em estudantes universitários e observaram que tais justificativas alteraram a probabilidade de ocorrência do comportamento de seguir regra correspondente estabelecido na história experimental do participante e de ocorrência do comportamento de seguir regra discrepante que não ocorria na história experimental do participante, ou seja, as justificativas aumentaram a probabilidade de emissão de comportamento com baixa probabilidade de ocorrência, como por exemplo, seguir instrução discrepante quando é demonstrado controle pelas contingências antes de sua apresentação (Albuquerque & Oeiras, 2011), seguir instrução que descrevia consequências reforçadoras atrasadas, mas de maior magnitude (Carvalho, 2012), seguir instrução que especificava uma sequência maior de respostas (Matsuo, 2012). Por outro lado, Castro (2013) avaliou o efeito de justificativas que descreviam promessas de reforço de maior e de menor magnitude sobre o comportamento de seguir regras discrepantes em crianças e observou que tais justificativas não alteraram, na maioria dos participantes, a probabilidade de ocorrência

do comportamento de seguir regra, quando este passava a produzir consequências aversivas.

Dando continuidade a esta linha de investigação, o presente estudo também pretendeu avaliar se uma regra que apresenta justificativas para segui-la alteraria a probabilidade de emissão de comportamentos de seguir e não seguir regras estabelecidos na história experimental dos participantes. Ou seja, o presente estudo investigou os efeitos de justificativas sociais⁶ sobre a probabilidade de ocorrência do comportamento de seguir e não seguir regras em crianças, quando foi construída uma história experimental de reforço para o seguimento de regra correspondente e quando foi construída uma história experimental de reforço para o não seguimento de regra discrepante.

Mais especificamente o presente estudo investigou o que aconteceria: 1) se fosse apresentada uma justificativa social (ajudar os outros) para a não emissão do comportamento que produzia fichas, descrito na regra correspondente, quando era construída uma história de reforço para seguir regra correspondente que especificava respostas que produziam fichas; 2) se fosse apresentada uma justificativa social (aprovação do experimentador) para a não emissão do comportamento que produzia fichas, descrito na regra correspondente, quando era construída uma história de reforço para seguir regra correspondente que especificava respostas que produziam fichas; 3) se fosse apresentada uma justificativa social (ajudar os outros) para o seguimento de regra correspondente, que produzia perda de reforçadores, quando era construída uma história de reforço para o não seguimento de regra e, 4) se fosse apresentada uma justificativa social (aprovação do experimentador) para o seguimento de regra correspondente que

⁶ No presente estudo o termo justificativa social refere-se ao relato de consequências atrasadas apresentadas pelo falante a organismos de uma mesma espécie, como por exemplo, promessas de aprovação por ajudar outras pessoas e promessas de aprovação pelo desempenho emitido por outro indivíduo.

produzia perda de reforçadores quando era construída uma história de reforço para o não seguimento de regra.

Em outras palavras, avaliou qual controle prevaleceria: 1) se a história de reforço (ganhar fichas trocáveis por brinquedos) para seguir a regra correspondente que especificava respostas que produziam fichas ou a apresentação de justificativas (doar fichas para crianças carentes trocarem por brinquedos / aprovação do experimentador) para a não emissão das respostas que produziam fichas, descritas na regra correspondente (mesmo não ganhando fichas); e 2) se a história de reforço (evitar perder fichas trocáveis por brinquedos) para o não seguir regra ou a apresentação de justificativas (doar fichas para crianças carentes trocarem por brinquedos / aprovação do experimentador) para seguir a regra correspondente, mesmo perdendo fichas. Além disso, avaliou, caso prevalecesse o controle pelas justificativas, qual justificativa seria mais provável de controlar o comportamento de seguir ou não seguir regra – uma justificativa para ajudar os outros ou uma justificativa que envolvia aprovação social.

Dessa forma, era esperado de acordo com a proposição de Skinner (1974), que o seguimento de regra correspondente que produzia fichas fosse mantido, quando, na história experimental do participante, o seguimento de regras correspondentes tivesse sido reforçado; e que o seguimento de regra correspondente fosse abandonado, quando, na história experimental do participante, o não seguimento de regras discrepantes tivesse sido reforçado, independentemente do tipo de justificativa relatada na regra. Já de acordo com a proposição de Albuquerque (2005), era esperado que a emissão das respostas que produziam fichas, descrita na regra correspondente, fosse abandonada quando fosse relatada uma justificativa social para a sua não emissão; e que a regra correspondente, que produzia perda, fosse seguida quando fosse relatada uma

justificativa social para o seu seguimento, independentemente da história experimental do participante e do tipo de consequência imediata.

Nesse estudo, foram utilizadas justificativas sociais que prometia ajudar outras pessoas e que envolvia aprovação do experimentador, porque na nossa cultura, desde cedo, crianças são reforçadas por ajudar outras pessoas, por exemplo, adultos utilizam justificativas do tipo: “divida o seu lanche com o irmão”, “seja bonzinho”; “ajude os outros que você vai para o céu”. Somado a isso, é reforçador para crianças receber aprovação social de um adulto e, dessa forma, adultos utilizam justificativas do tipo “se você se comportar bem, eu ficarei muito feliz com você”.

Assim, se regras podem alterar a probabilidade de o comportamento vir a ocorrer no futuro, através das justificativas relatadas na regra, torna-se necessário investigar o efeito de diferentes justificativas na manutenção ou não do seguimento de regra, produzindo dessa forma, resultados que possam esclarecer o papel do ambiente verbal sobre o comportamento humano.

Método

Participantes

Participaram do estudo 20 crianças, com idades variando entre sete e nove anos, cursando a primeira ou segunda série do Ensino Fundamental. Só participaram do estudo as crianças que concordaram em participar e que tiveram sua participação previamente autorizada pelos responsáveis por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ver Anexo).

Material e Equipamentos

Foi utilizada uma mesa retangular cujo tampo tinha uma abertura de 49,5 x 49,5 cm, o qual era coberto por uma placa de acrílico leitoso. Sob o tampo ficavam quatro

lâmpadas fluorescentes de 20 *watts*, uma na cor verde, uma na cor vermelha, uma na cor amarela e uma na cor azul. Separando o experimentador do participante, sobre a mesa, havia um anteparo de madeira de 14 cm de altura e 69,5 cm de comprimento. Atrás do anteparo, ao lado do experimentador, ficavam os arranjos de estímulos previamente preparados, e um conjunto de interruptores para o controle das lâmpadas fluorescentes, conforme a Figura 1.

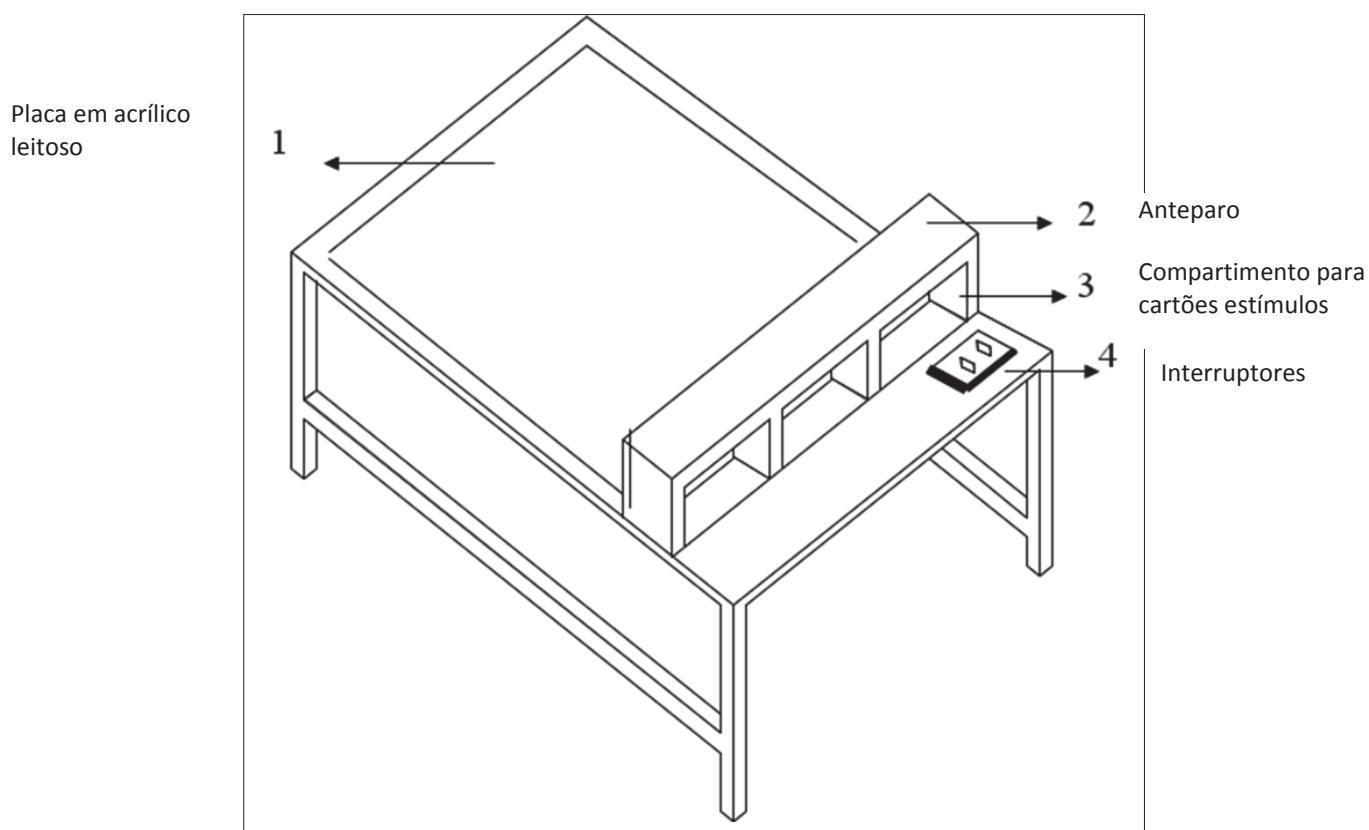


Figura 1. Mesa experimental

Foram utilizados como estímulos discriminativos e condicionais 45 desenhos coloridos de objetos conhecidos das crianças (por exemplo, uma bola, uma lua, uma meia etc.). Estes desenhos, de 5 x 5 cm cada, foram impressos em cartões de cartolina que foram colados em folhas de papel cartão de 14 x 14 cm, de maneira a formar 30

diferentes arranjos de estímulos. Cada arranjo de estímulos continha três cartões com desenhos; dois desenhos eram sempre iguais entre si e o terceiro era diferente. Um cartão contendo um dos desenhos iguais era colado no topo da folha (estímulo modelo) e os outros dois mais abaixo e lado a lado (estímulos de comparação). A combinação dos estímulos era aleatória, assim como a ordem de apresentação dos 30 arranjos. Como estímulos contextuais foram utilizadas lâmpadas coloridas acesas, e como estímulos reforçadores, fichas pretas que poderiam ser trocadas por brinquedos e guloseimas. Duas vasilhas de plástico foram utilizadas para guardar as fichas. Uma vasilha ficava sobre o anteparo ao lado direito do experimentador e a outra sobre o tampo da mesa próxima ao participante.

As respostas dos participantes foram registradas pelo experimentador em um protocolo de registro previamente preparado e foram também gravadas em vídeo, para análises posteriores.

Ambiente Experimental

A coleta de dados foi realizada em uma sala da escola em que os participantes estudavam. A sala era iluminada por lâmpadas fluorescentes e refrigerada por um condicionador de ar. Na sala, além da mesa experimental, havia uma mesa, visível ao participante, sobre a qual ficavam expostos diversos brinquedos e guloseimas⁷. Uma filmadora de vídeo foi instalada dentro da sala a uma distância de um metro da mesa experimental, com o objetivo de filmar as respostas dos participantes.

Situação Experimental

Após ser convidada a participar de um jogo, a criança era conduzida à sala experimental pelo experimentador. Ao entrar na sala o experimentador mostrava à

⁷ Em cada brinquedo e guloseima estava afixada uma etiqueta de papel com um número impresso (por exemplo, 3, 10, 20 e etc.), indicando o total de fichas que cada brinquedo e guloseima valia.

criança uma mesa sobre a qual ficavam expostos diversos brinquedos e guloseimas. Em seguida, apresentava, oralmente, as seguintes instruções preliminares: “Eu te trouxe aqui para nós brincarmos de um jogo. No jogo nós temos esta lojinha com vários brinquedos. Estes brinquedos podem ser comprados com fichas como estas aqui” (o experimentador mostrava cinco fichas ao participante). “Por exemplo, este carrinho vale 10 fichas, esta boneca vale 20 fichas. Durante o jogo você poderá ganhar muitas fichas e no final do jogo você poderá vir aqui na lojinha e comprar brinquedos com suas fichas. Quanto mais fichas você ganhar, mais brinquedos você poderá comprar. Entendeu?” (esta instrução era repetida mais uma vez). Em seguida, o experimentador dizia: “Agora eu vou te mostrar como se compra na lojinha. Eu vou te dar cinco fichas para você fazer uma compra na lojinha. Vamos ver o que você pode comprar com cinco fichas?”. Após o participante fazer a compra, o experimentador dizia: “Agora vamos para aquela mesa que eu vou te explicar como é o jogo”. Participante e experimentador se dirigiam à mesa experimental, com o participante levando o brinquedo que comprou, e era dado o início à sessão experimental.

No início da sessão experimental, participante e experimentador ficavam sentados à mesa experimental, frente a frente. O experimentador apresentava oralmente ao participante uma instrução. Logo após, passava a apresentar os arranjos de estímulos. Em cada tentativa, um arranjo de estímulos, constituído de um estímulo modelo e dois de comparação, era apresentado ao participante e, em seguida, uma das lâmpadas era acesa. Na presença desses estímulos o participante deveria tocar com o dedo apenas um dos estímulos de comparação. Caso a resposta estivesse de acordo com as contingências de reforço programadas (resposta correta), dependendo da condição experimental, ocorreria o seguinte: a) era colocada na vasilha próxima ao participante uma ficha, a lâmpada era apagada, o arranjo de estímulos retirado, um novo arranjo era apresentado e

outra lâmpada era acesa, iniciando uma nova tentativa ou b) nenhuma ficha era retirada do participante, a lâmpada era apagada, o arranjo de estímulos retirado, um novo arranjo era apresentado e outra lâmpada era acesa, iniciando uma nova tentativa. Caso a resposta não estivesse de acordo com as contingências de reforço programadas (resposta incorreta), dependendo da condição experimental, ocorreria o seguinte: a) a lâmpada era apagada, o arranjo de estímulos retirado, um novo arranjo era apresentado e outra lâmpada era acesa, iniciando uma nova tentativa, ou b) uma ficha era retirada do total de fichas do participante, a lâmpada era apagada, o arranjo de estímulos retirado, um novo arranjo era apresentado e outra lâmpada era acesa, iniciando uma nova tentativa. Cada arranjo ficava disponível para o participante por 5 s no máximo, tempo gasto pelo experimentador nas tarefas de tirar um arranjo de estímulos e apresentar outro. Imediatamente após o participante ter emitido a resposta de tocar um dos estímulos de comparação, ou se o participante não tivesse emitido a resposta requisitada de tocar, passados esses 5 s, era iniciada uma nova tentativa. Caso em uma mesma tentativa o participante apontasse para um estímulo de comparação e, em seguida, apontasse para o outro, o experimentador considerava apenas a segunda resposta de tocar e dizia ao participante, referindo-se ao estímulo de comparação: “Você deve tocar apenas um dos filhos quando uma luz for acesa”.

Procedimento

Os participantes foram distribuídos, igualmente, em quatro condições experimentais, conforme Tabela 1. Cada condição era constituída de quatro fases.

As Condições I e II diferiram apenas com relação ao tipo de justificativa apresentada na Fase 3 para a não emissão do comportamento que produzia fichas descrito na instrução correspondente. Do mesmo modo, as Condições III e IV diferiram

apenas com relação ao tipo de justificativa apresentada na Fase 3 para o seguimento de instrução correspondente que produzia a perda de fichas. As Condições I e II diferiam das Condições III e IV com relação: a) ao tipo de história experimental construída antes da fase em que era apresentada a justificativa e, b) às consequências programadas para o seguir e o não seguir as instruções.

Tabela 1. Esquema do procedimento.

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Condição I	Instrução correspondente	Instrução correspondente	Instrução correspondente	Instrução correspondente
Respostas instruídas	Vermelho = Amarelo #	Verde = Azul #	Amarelo = Verde #	Azul = Vermelho #
Respostas reforçadas	Vermelho = Amarelo #	Verde = Azul #	Amarelo = Verde #	Azul = Vermelho #
Consequências programadas para a emissão das respostas especificadas	Obtenção de fichas	Obtenção de fichas	Obtenção de fichas	Obtenção de fichas
Consequências programadas para a não emissão das respostas especificadas	Não obtenção de fichas	Não obtenção de fichas	Não obtenção de fichas	Não obtenção de fichas
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
Condição II	Instrução correspondente	Instrução correspondente	Instrução correspondente	Instrução correspondente
Respostas instruídas	Vermelho = Amarelo #	Verde = Azul #	Amarelo = Verde #	Azul = Vermelho #
Respostas reforçadas	Vermelho = Amarelo #	Verde = Azul #	Amarelo = Verde #	Azul = Vermelho #
Consequências programadas para a emissão das respostas especificadas	Obtenção de fichas	Obtenção de fichas	Obtenção de fichas	Obtenção de fichas

Consequências programadas para a não emissão das respostas especificadas	Não obtenção de fichas	Não obtenção de fichas	Não obtenção de fichas	Não obtenção de fichas
Condição III	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
	Instrução discrepante	Instrução discrepante	Instrução correspondente	Instrução discrepante
Respostas instruídas	Vermelho = Amarelo #	Verde = Azul #	Amarelo = Verde #	Azul = Vermelho #
Respostas reforçadas	Vermelho # Amarelo =	Verde # Azul =	Amarelo # Verde =	Azul # Vermelho =
Consequências programadas para o seguir instrução.	Retirada de fichas	Retirada de fichas	Retirada de fichas	Retirada de fichas
Consequências programadas para o não seguir instrução	Não retirada de fichas	Não retirada de fichas	Não retirada de fichas	Não retirada de fichas
Condição IV	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
	Instrução discrepante	Instrução discrepante	Instrução correspondente	Instrução discrepante
Respostas instruídas	Vermelho = Amarelo #	Verde = Azul #	Amarelo = Verde #	Azul = Vermelho #
Respostas reforçadas	Vermelho # Amarelo =	Verde # Azul =	Amarelo # Verde =	Azul # Vermelho =
Consequências programadas para o seguir instrução	Retirada de fichas	Retirada de fichas	Retirada de fichas	Retirada de fichas
Consequências programadas para o não seguir instrução	Não retirada de fichas	Não retirada de fichas	Não retirada de fichas	Não retirada de fichas

Nota: As cores representam as luzes que indicavam as respostas que os participantes deveriam emitir. O símbolo = (igual) representa a resposta de escolha do estímulo de comparação igual do modelo. O símbolo # (diferente) representa a resposta de escolha do estímulo de comparação diferente do modelo. O sombreamento indica a fase em que era apresentada uma justificativa social para ajudar os outros (Condição I e III) e uma justificativa social que envolvia a aprovação do experimentador (Condição II e IV).

Condição I

O objetivo desta condição era verificar se o comportamento de seguir instrução correspondente que produzia fichas deixava de ocorrer quando: **1)** o participante era exposto a uma história experimental de reforço para o seguimento de instruções correspondentes e quando: **2)** era apresentada ao participante uma justificativa social (ajudar os outros) para a não emissão do comportamento que produzia fichas, descrito na instrução correspondente, mesmo deixando de ganhar fichas.

Esta condição era constituída de quatro fases (ver Tabela 1). Em todas as fases os participantes foram expostos a instruções correspondentes às contingências programadas para cada fase (isto é, instruções que especificavam as respostas que produziam fichas).

Fase 1

A Fase 1 era iniciada com o experimentador apresentando, oralmente, ao participante a seguinte instrução correspondente às contingências programadas: “O objetivo do jogo é você ganhar muitas fichas para depois comprar brinquedos naquela lojinha. Você ganha uma ficha quando eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua” (no presente estudo toda vez que essa frase era dita colocava-se uma ficha na vasilha do participante). Depois era dito: “Agora, eu vou te explicar o que você deve fazer para ganhar fichas”. O experimentador apresentava ao participante um arranjo de estímulos, e em seguida apontava para o cartão modelo e dizia: “Este é o cartão-mãe. Toque com o dedo o cartão-mãe”. Após o participante tocar com o dedo o cartão-mãe o experimentador apontava para os dois cartões de comparação e dizia: “Este são os cartões-filhos. Toque com o dedo os cartões-filhos”. Após o participante tocar com o dedo os cartões-filhos, o experimentador acendia a luz vermelha e dizia: “Quando a

mesa ficar vermelha, você deve tocar com o dedo o filho que é igual à mãe. A mesa está vermelha, toque com o dedo o filho que é igual à mãe”. Após o participante tocar, o experimentador dizia: “Fazendo isso, você ganha uma ficha que eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua”. Depois, o experimentador acendia a luz amarela e dizia: “Quando a mesa ficar amarela, você deve tocar com o dedo o filho que é diferente da mãe. A mesa está amarela, toque com o dedo o filho que é diferente da mãe”. Após o participante tocar, o experimentador dizia: “Fazendo isso, você ganha uma ficha que eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua”. Esta instrução era apresentada mais uma vez ao participante e após isso eram feitas as seguintes perguntas ao participante: “Agora me diga o que você deve fazer para ganhar fichas quando a mesa ficar vermelha?” e “Agora me diga o que você deve fazer para ganhar fichas quando a mesa ficar amarela?”. Caso o participante não respondesse corretamente eram feitas mais uma vez as perguntas ao participante. Se na segunda tentativa o participante não respondesse corretamente, ele não seria exposto às demais fases do experimento. Por outro lado, se o participante respondesse corretamente as perguntas, ele seria exposto às demais fases e era dito que o experimentador não poderia mais conversar com ele durante o jogo.

Durante esta fase eram reforçadas com fichas as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz vermelha estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz amarela estivesse acesa. As respostas consideradas incorretas eram seguidas pelo início da tentativa seguinte.

Fase 2

No início da Fase 2 o experimentador apresentava oralmente ao participante uma instrução correspondente similar à da Fase 1, exceto pela omissão do seguinte trecho do início da instrução: “Este é o cartão-mãe. Toque com o dedo o cartão-mãe”. Estes são os

cartões-filhos. Toque com o dedo os cartões-filhos” e pelo fato de que esta instrução especificava outras respostas para a obtenção de fichas, ou seja, especificava que o participante deveria apontar para o filho igual a mãe quando a luz verde estivesse acesa e para o filho diferente da mãe quando a luz azul estivesse acesa.

Durante esta fase eram reforçadas com fichas as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz verde estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz azul estivesse acesa. As respostas consideradas incorretas eram seguidas pelo início da tentativa seguinte.

Fase 3

No início da Fase 3 o experimentador apresentava oralmente a seguinte instrução correspondente às contingências ao participante, contendo uma justificativa social (ajudar os outros) para a não emissão das respostas que produziam fichas: “Quando a mesa ficar amarela, você deve tocar com o dedo o filho que é igual à mãe. A mesa está amarela, toque com o dedo o filho que é igual à mãe”. “Fazendo isso, você ganha uma ficha que eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua”. “Quando a mesa ficar verde, você deve tocar com o dedo o filho que é diferente da mãe. A mesa está verde, toque com o dedo o filho que é diferente da mãe”. “Fazendo isso, você ganha uma ficha que eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua”. “Se você não fizer o que eu disse, você não ganhará fichas, mas as fichas que você não ganhar serão doadas para crianças carentes trocarem por brinquedos na lojinha”. Após a apresentação da instrução eram feitas as seguintes perguntas ao participante: “Agora me diga o que você deve fazer para ganhar fichas quando a mesa ficar amarela?”, “Agora me diga o que você deve fazer para ganhar fichas quando a mesa ficar verde?” e “Agora me diga o que você deve fazer

para doar fichas para as crianças carentes?”. Caso não respondesse corretamente as perguntas eram feitas mais uma vez ao participante. Se na segunda tentativa o participante não respondesse corretamente, ele não seria exposto à fase seguinte do experimento.

Durante esta fase eram reforçadas com fichas apenas as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz amarela estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz verde estivesse acesa. A emissão de respostas oposta as descritas na instrução eram seguidas pelo início da tentativa seguinte.

Fase 4

No início da Fase 4 o experimentador apresentava oralmente ao participante uma instrução correspondente similar a da Fase 2, exceto pelo fato de que esta instrução especificava outras respostas para a obtenção de fichas, ou seja, especificava que o participante deveria apontar para o filho igual a mãe quando a luz azul estivesse acesa e para o filho diferente da mãe quando a luz vermelha estivesse acesa.

Durante esta fase eram reforçadas com fichas as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz azul estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz vermelha estivesse acesa. As respostas consideradas incorretas eram seguidas pelo fim da sessão experimental.

Condição II

A Condição II era idêntica à Condição I, exceto por uma única diferença. Na Condição II a justificativa social (aprovação do experimentador) presente na instrução correspondente apresentada na Fase 3 era a seguinte: “Quando a mesa ficar amarela,

você deve tocar com o dedo o filho que é igual à mãe. A mesa está amarela, toque com o dedo o filho que é igual à mãe. “Fazendo isso, você ganha uma ficha que eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua”. “Quando a mesa ficar verde, você deve tocar com o dedo o filho que é diferente da mãe. A mesa está verde, toque com o dedo o filho que é diferente da mãe”. “Fazendo isso, você ganha uma ficha que eu tiro aqui da minha vasilha e coloco na sua”. “Se você não fizer o que eu disse, você não ganhará fichas, mas eu ficarei muito feliz com o seu comportamento”. Após a apresentação da instrução eram feitas as seguintes perguntas ao participante: “Agora me diga o que você deve fazer para ganhar fichas quando a mesa ficar amarela?”, “Agora me diga o que você deve fazer para ganhar fichas quando a mesa ficar verde?” e “Agora me diga o que você deve fazer para que eu fique muito feliz com o seu comportamento?”. Caso não respondesse corretamente eram feitas mais uma vez as perguntas ao participante. Se na segunda tentativa o participante não respondesse corretamente, ele não seria exposto à fase seguinte do experimento. Por outro lado, se o participante respondesse corretamente as perguntas, ele seria exposto à fase seguinte do experimento.

Desse modo, essa condição tinha como objetivo verificar se o comportamento de seguir instrução correspondente que produzia fichas deixava de ocorrer quando: **1)** o participante era exposto a uma história experimental de reforço para o seguimento de instruções correspondentes e quando: **2)** era apresentada ao participante uma justificativa social (aprovação do experimentador) para a não emissão do comportamento que produzia fichas, descrito na instrução correspondente, mesmo deixando de ganhar fichas.

Condição III

O objetivo desta condição era o de verificar se o comportamento de seguir instrução correspondente se mantinha quando: **1)** o participante era exposto a uma história experimental de reforço para o não seguimento de instruções e quando: **2)** era apresentada ao participante uma justificativa social (ajudar os outros) para que ele seguisse a instrução correspondente, mesmo perdendo fichas.

Esta condição era constituída de quatro fases (ver Tabela 1). Nas Fases 1, 2 e 4 o participante era exposto a instruções discrepantes às contingências programadas (isto é, instruções que especificavam respostas que produziam perda de fichas). Na Fase 3 o participante era exposto a uma instrução correspondente que especificava respostas que se emitidas produziriam a perda de fichas trocáveis por brinquedos.

Fase 1

A Fase 1 era iniciada com o experimentador apresentando, oralmente, ao participante a seguinte instrução discrepante às contingências programadas: “O jogo começa com você ganhando 80 fichas” (o experimentador entregava 80 fichas para o participante). Em seguida dizia: “O objetivo do jogo é você não perder fichas para depois comprar brinquedos naquela lojinha. Você perde uma ficha cada vez que eu tiro uma ficha da sua vasilha e coloco na minha” (no presente estudo todas as vezes que esta frase era dita, o experimentador retirava uma ficha da vasilha do participante e a colocava em sua vasilha). Depois era dito: “Agora, eu vou te explicar o que você deve fazer para não perder fichas”. O experimentador apresentava ao participante um arranjo de estímulos, e em seguida apontava para o cartão modelo e dizia: “Este é o cartão-mãe. Toque com o dedo o cartão-mãe”. Após o participante tocar com o dedo o cartão-mãe o experimentador apontava para os dois cartões de comparação e dizia: “Estes são os

cartões-filhos. Toque com o dedo os cartões-filhos”. Após o participante tocar com o dedo os cartões-filhos, o experimentador acendia a luz vermelha e dizia: “Quando a mesa ficar vermelha, você deve tocar com o dedo o filho que é igual à mãe. A mesa está vermelha, toque com o dedo o filho que é igual à mãe”. Após o participante tocar, o experimentador dizia: “Fazendo isso, você não perderá fichas”. Em seguida, o experimentador acendia a luz amarela e dizia: “Quando a mesa ficar amarela, você deve tocar com o dedo o filho que é diferente da mãe. A mesa está amarela, toque com o dedo o filho que é diferente da mãe”. Após o participante tocar, o experimentador dizia: “Fazendo isso, você não perderá fichas”. Esta instrução era apresentada mais uma vez ao participante e após isso eram feitas as seguintes perguntas ao participante: “Agora me diga o que você deve fazer para não perder fichas quando a mesa ficar vermelha?” e “Agora me diga o que você deve fazer para não perder fichas quando a mesa ficar amarela?”. Caso não respondesse corretamente eram feitas mais uma vez as perguntas ao participante. Se na segunda tentativa o participante não respondesse corretamente, ele não seria exposto às demais fases do experimento. Por outro lado, se o participante respondesse corretamente a pergunta, ele seria exposto às demais fases do experimento e seria dito que o experimentador não poderia mais conversar com ele durante o jogo. Além disso, só eram expostos as fases seguintes os participantes que abandonassem o seguimento de instrução discrepante.

Durante esta fase eram reforçadas negativamente as respostas opostas às que foram descritas na instrução discrepante, ou seja, só eram reforçadas as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz amarela estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz vermelha estivesse acesa. A emissão das respostas especificadas pela instrução discrepante era conseqüenciada com a perda de fichas.

Fase 2

No início da Fase 2 o experimentador apresentava oralmente ao participante uma instrução discrepante similar a da Fase 1, exceto pela omissão do seguinte trecho do início da instrução: “Este é o cartão-mãe. Toque com o dedo o cartão-mãe”. Estes são os cartões-filhos. Toque com o dedo os cartões-filhos” e pelo fato de que esta instrução especificava outras respostas para evitar a perda de fichas, ou seja, especificava que o participante deveria apontar para o filho igual a mãe quando a luz verde estivesse acesa e para o filho diferente da mãe quando a luz azul estivesse acesa. No entanto, durante esta fase, só eram reforçadas negativamente as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz azul estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz verde estivesse acesa, ou seja, as respostas opostas às que foram descritas na instrução. A emissão das respostas especificadas pela instrução discrepante era conseqüenciada com a perda de fichas.

Fase 3

No início da Fase 3 o experimentador apresentava oralmente a seguinte instrução correspondente às contingências programadas ao participante, contendo uma justificativa social (ajudar os outros) para o seguimento da instrução: “Quando a mesa ficar amarela, você deve tocar com o dedo o filho que é igual à mãe. A mesa está amarela, toque com o dedo o filho que é igual à mãe”. “Fazendo isso, você perde uma ficha que eu tiro da sua vasilha e coloco na minha”. “Quando a mesa ficar verde, você deve tocar com o dedo o filho que é diferente da mãe. A mesa está verde, toque com o dedo o filho que é diferente da mãe”. “Fazendo isso, você perde uma ficha que eu tiro da sua vasilha e coloco na minha”. “Se você fizer o que eu disse, você perderá fichas,

mas essas fichas que você perder serão doadas para crianças carentes trocarem por brinquedos na lojinha”. Após a apresentação da instrução eram feitas as seguintes perguntas ao participante: “Agora me diga o que você deve fazer para perder fichas que serão doadas para as crianças carentes quando a mesa ficar amarela?” e “Agora me diga o que você deve fazer para perder fichas que serão doadas para as crianças carentes quando a mesa ficar verde?”. Caso não respondesse corretamente eram feitas mais uma vez as perguntas ao participante. Se na segunda tentativa o participante não respondesse corretamente, ele não seria exposto à fase seguinte do experimento. Por outro lado, se o participante respondesse corretamente as duas perguntas, ele seria exposto à fase seguinte do experimento.

Durante esta fase eram reforçadas negativamente as respostas opostas às que foram descritas na instrução correspondente, ou seja, só eram reforçadas as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz verde estivesse acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz amarela estivesse acesa. A emissão das respostas especificadas pela instrução correspondente era consequenciada com a perda de fichas.

Fase 4

No início da Fase 4 o experimentador apresentava oralmente ao participante uma instrução discrepante similar a da Fase 2, exceto pelo fato de que esta instrução especificava outras respostas para evitar a perda de fichas, ou seja, especificava que o participante deveria apontar para o filho igual a mãe quando a luz azul estivesse acesa e para o filho diferente da mãe quando a luz vermelha estivesse acesa.

Durante esta fase, só eram reforçadas negativamente as respostas de apontar para o estímulo de comparação igual ao estímulo modelo quando a luz vermelha estivesse

acesa e as respostas de apontar para o estímulo de comparação diferente do estímulo modelo quando a luz azul estivesse acesa, ou seja, as respostas opostas às que foram descritas na instrução discrepante. A emissão das respostas especificadas pela instrução discrepante era consequenciada com a perda de fichas.

Condição IV

A Condição IV era idêntica à Condição III, exceto por uma única diferença. Na Condição IV a justificativa social (aprovação do experimentador) presente na instrução correspondente apresentada na Fase 3, era a seguinte: “Quando a mesa ficar amarela, você deve tocar com o dedo o filho que é igual à mãe. A mesa está amarela, toque com o dedo o filho que é igual à mãe”. “Fazendo isso, você perde uma ficha que eu tiro da sua vasilha e coloco na minha”. “Quando a mesa ficar verde, você deve tocar com o dedo o filho que é diferente da mãe. A mesa está verde, toque com o dedo o filho que é diferente da mãe”. “Fazendo isso, você perde uma ficha que eu tiro da sua vasilha e coloco na minha”. “Se você fizer o que eu disse, você perderá fichas, mas eu ficarei muito feliz com o seu comportamento”. Após a apresentação da instrução eram feitas as seguintes perguntas ao participante: “Agora me diga o que você deve fazer para perder fichas e me deixar muito feliz com o seu comportamento quando a mesa ficar amarela?” e “Agora me diga o que você deve fazer para perder fichas e me deixar muito feliz com o seu comportamento quando a mesa ficar verde?”. Caso não respondesse corretamente eram feitas mais uma vez as perguntas ao participante. Se na segunda tentativa o participante não respondesse corretamente as duas perguntas, ele não seria exposto à fase seguinte do experimento. Por outro lado, se o participante respondesse corretamente as duas perguntas, ele seria exposto à fase seguinte do experimento.

Desse modo, essa condição tinha como objetivo verificar se o comportamento de seguir instrução correspondente se mantinha quando: 1) o participante era exposto a uma história experimental de reforço para o não seguimento de instruções discrepantes e quando: 2) era apresentada ao participante uma justificativa social (aprovação do experimentador) para o seguimento de instrução correspondente, mesmo perdendo fichas.

Em todas as condições a transição entre fases era marcada pelas mudanças nas contingências programadas e pela apresentação de uma nova instrução. Todas as fases das quatro condições eram encerradas quando um de dois critérios fossem atingido, o que ocorresse primeiro: a) a emissão de dez respostas consecutivas e corretas ou, b) apresentação de vinte tentativas. O esquema utilizado foi o esquema de reforçamento contínuo (CRF).

Em todas as fases de todas as condições, quando uma luz estivesse acesa a outra estaria apagada. As luzes eram apresentadas aleatoriamente ao longo das tentativas, garantindo-se que as duas fossem apresentadas o mesmo número de vezes em cada fase. Depois de encerrar a sessão, um observador independente comparava o registro feito pelo experimentador com o registro feito pela filmadora. Caso houvesse 100% de concordância entre os registros, os dados dos participantes eram considerados para análise. Caso contrário, eram descartados por erro do experimentador na condução da sessão. Cada participante foi exposto a uma condição experimental, constituída de uma única sessão que durava aproximadamente 50 minutos. Ao término da sessão o participante era conduzido à lojinha para trocar as fichas por brinquedos.

Resultados

As Figuras 2, 3, 4 e 5 apresentam a frequência acumulada das respostas emitidas pelos participantes expostos às Condições I, II, III e IV, respectivamente. Todos os

participantes nas quatro condições, quando solicitados a verbalizar a tarefa que deveriam desempenhar, o fizeram corretamente.

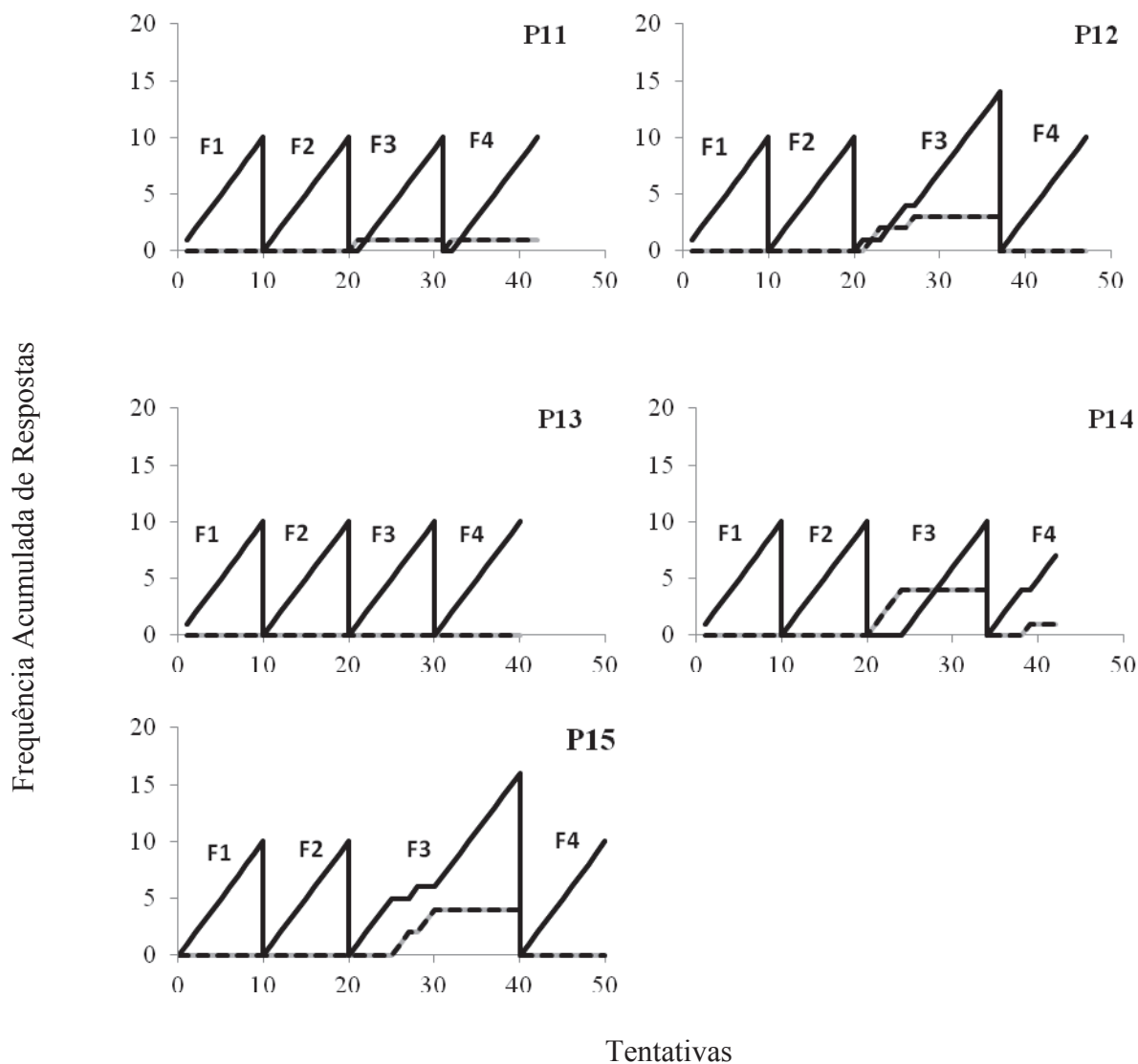


Figura 2. Frequência acumulada de respostas de seguimento de instrução (linha sólida) e de não seguimento de instrução (linha tracejada), para cada participante da Condição 1, durante as Fases 1, 2 e 4. Na Fase 3, a linha sólida refere-se a emissão das respostas que produziam fichas, descritas na instrução correspondente, enquanto que a linha tracejada refere-se a emissão das respostas opostas as que produziam fichas. Quebras na curva acumulada indicam mudanças de fase. Em todas as fases eram apresentadas instruções correspondentes às contingências programadas. Na Fase 3 era apresentada uma instrução com uma justificativa social (ajudar os outros) para a não emissão das respostas que produziam fichas, descrita na instrução correspondente. Em todas as fases a emissão das respostas descritas na instrução produziam o ganho de fichas e a não emissão a não obtenção de fichas.

Na Figura 2, observa-se que todos os cinco participantes (P11, P12, P13, P14 e P15), expostos à Condição I, seguiram a instrução correspondente durante as Fases 1, 2 e 4. Na Fase 3, quando era apresentada a instrução com uma justificativa social (ajudar

os outros) para a não emissão das respostas que produziam fichas, nenhum participante ficou sob controle da justificativa apresentada. O participante P13 foi o único participante que não emitiu qualquer resposta contrária à descrita na instrução. Já os Participantes P11, P12, P14 e P15 emitiram algumas respostas opostas as descritas na instrução, mas terminaram a fase emitindo as respostas que produziam fichas, descritas na instrução correspondente.

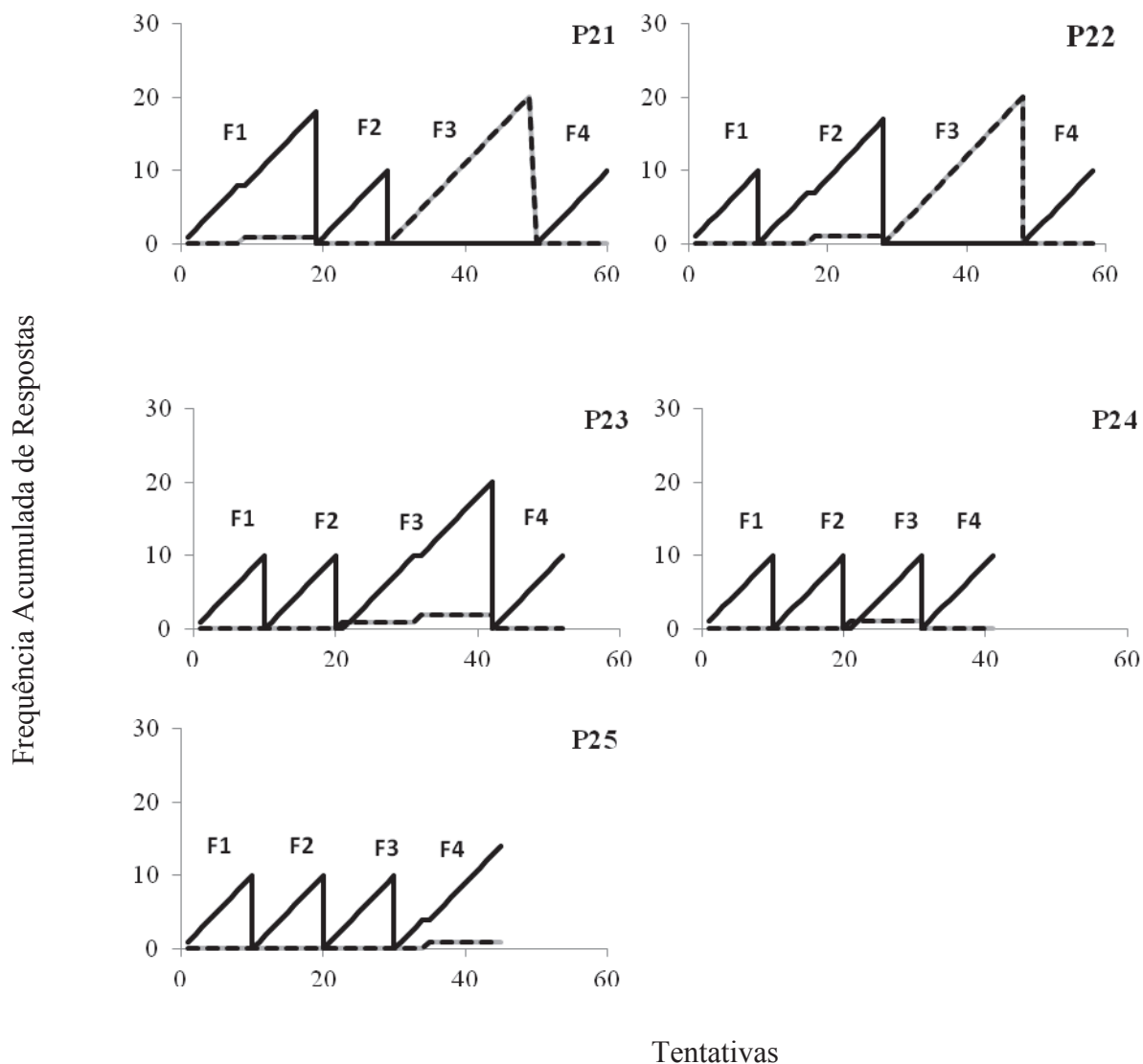


Figura 3. Frequência acumulada de respostas de seguimento de instrução (linha sólida) e de não seguimento de instrução (linha tracejada), para cada participante da Condição 2, durante as Fases 1, 2 e 4. Na Fase 3, a linha sólida refere-se a emissão das respostas que produziam fichas, descritas na instrução correspondente, enquanto que a linha tracejada refere-se a emissão das respostas opostas as que produziam fichas. Quebras na curva acumulada indicam mudanças de fase. Em todas as fases eram apresentadas instruções correspondentes às contingências programadas. Na Fase 3 era apresentada uma

instrução com uma justificativa social (aprovação do experimentador) para a não emissão das respostas que produziam fichas, descrita na instrução correspondente. Em todas as fases a emissão das respostas descritas na instrução produziam o ganho de fichas e a não emissão a não obtenção de fichas.

Na Figura 3, observa-se que todos os cinco participantes (P21, P22, P23, P24 e P25) expostos à Condição II seguiram a instrução correspondente durante as Fases 1, 2 e 4. Na Fase 3, quando era apresentada a instrução com uma justificativa social (aprovação do experimentador) para a não emissão das respostas que produziam fichas, P21 e P22, foram os únicos participantes que ficaram sob controle da justificativa apresentada, não emitindo as respostas que produziam fichas durante as 20 tentativas. Já os Participantes P23, P24 e P25 emitiram poucas respostas opostas às descritas na instrução, permanecendo, durante a maior parte da fase, emitindo as respostas que produziam fichas, descritas na instrução correspondente.

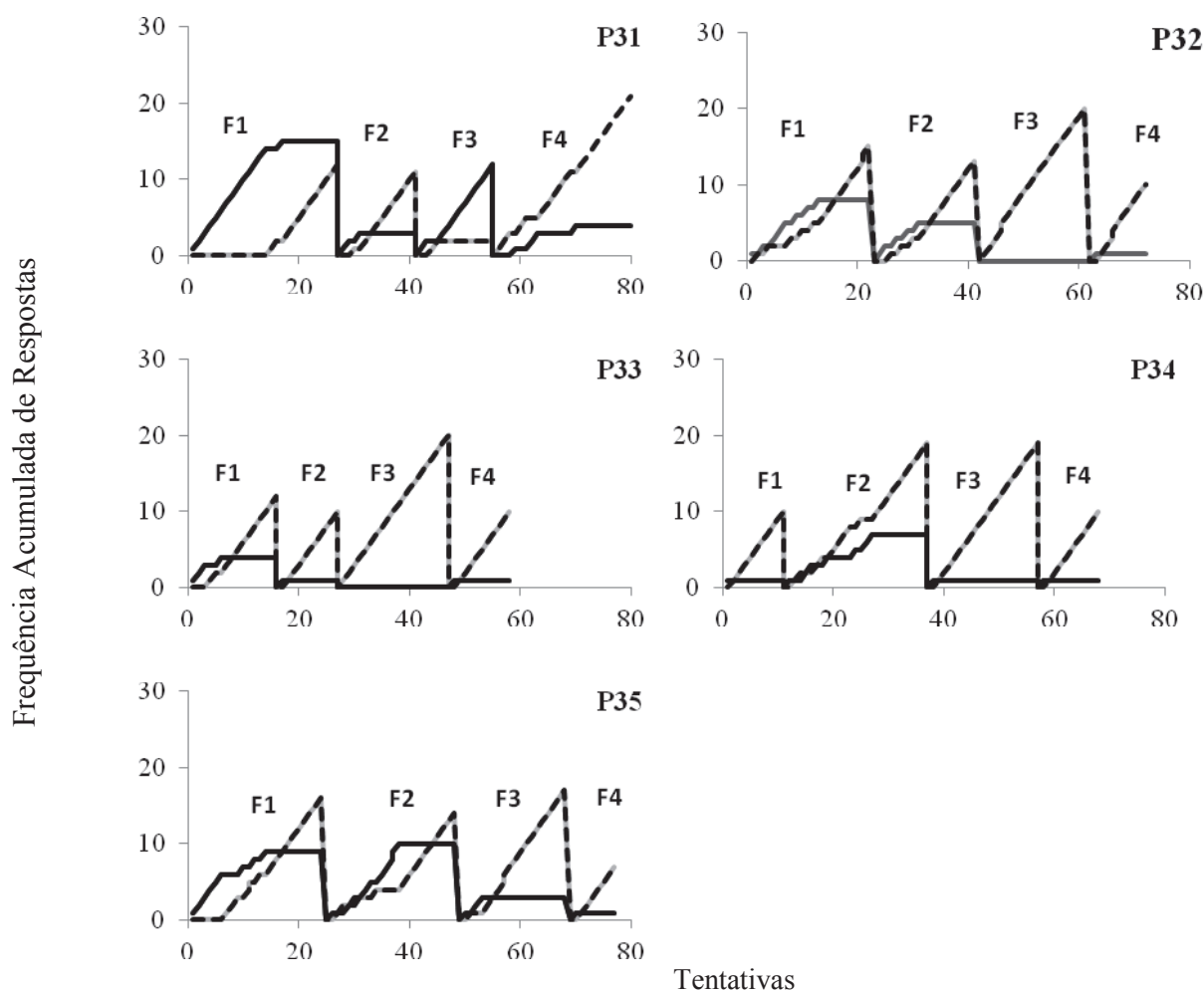
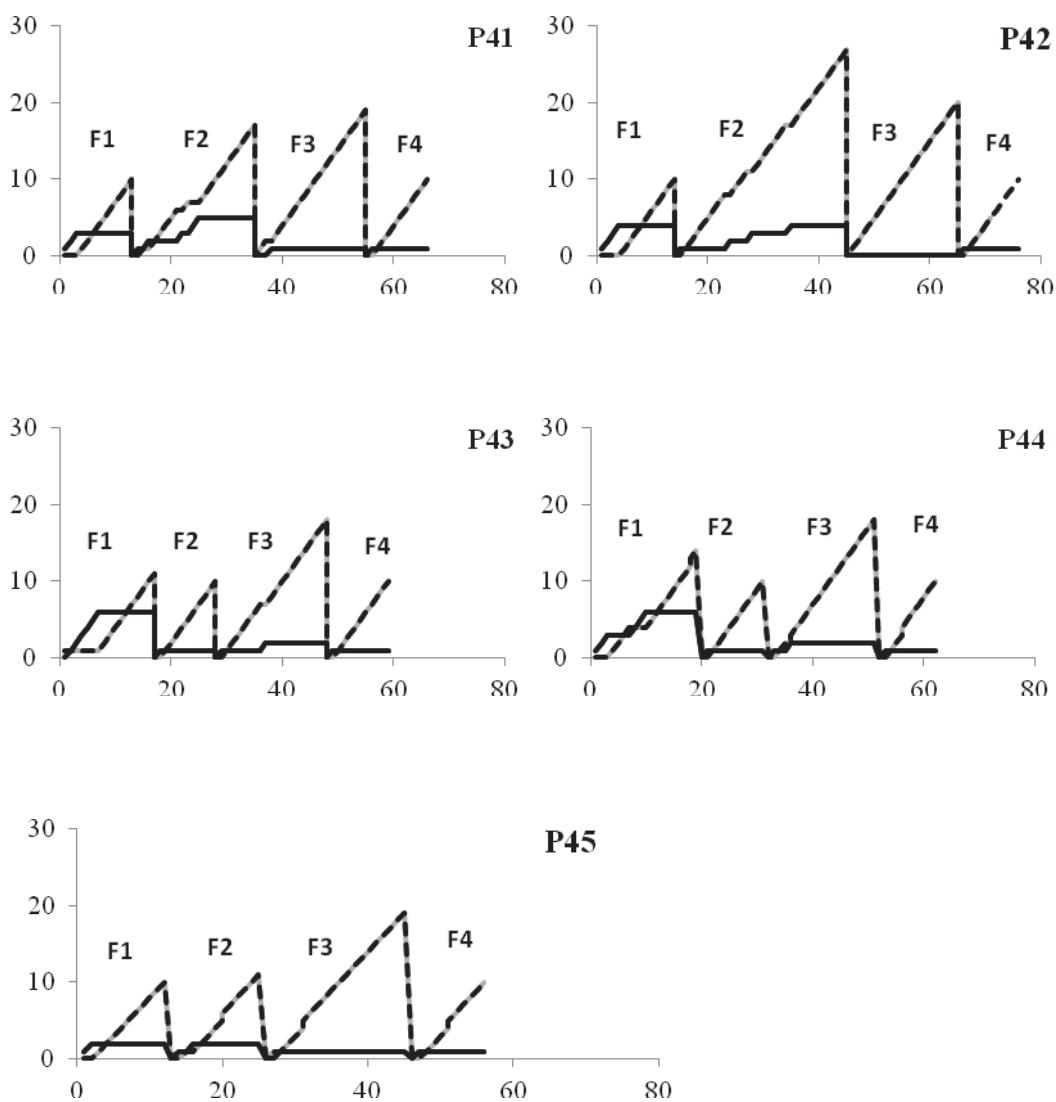


Figura 4. Frequência acumulada de respostas de seguimento de instrução (linha sólida) e de não seguimento de instrução (linha tracejada), para cada participante da Condição 3, durante cada fase (F) experimental. Quebras na curva acumulada indicam mudanças de fase. Nas Fases 1, 2 e 4 eram apresentadas instruções discrepantes às contingências programadas para cada Fase, cujas respostas produziam perda de fichas, enquanto que o não seguimento da instrução discrepante evitava perda de fichas. Já na Fase 3 era apresentada uma instrução correspondente (que especificava respostas que produziam perda de fichas) com uma justificativa social (ajudar os outros) para o seguimento da instrução correspondente.

Na Figura 4, observa-se que a maioria dos participantes, expostos à Condição III iniciaram as Fases 1, 2 e 4, seguindo a instrução discrepante e ao longo das fases deixaram de seguir a instrução e passaram a responder de acordo com as contingências programadas para cada fase. Com exceção de P31 que, não iniciou a Fase 4 seguindo a instrução discrepante. Depois, apresentou um desempenho variado, oscilando entre o seguimento e não seguimento de instrução discrepante, mas terminou a Fase 4 abandonando o seguimento de instrução discrepante. Na Fase 3, quando era apresentada uma instrução correspondente que especificava respostas cuja emissão produzia perda de fichas e uma justificativa social (ajudar os outros) para o seguimento da instrução correspondente (mesmo perdendo fichas), observa-se que apenas o Participante P31 ficou sob controle da justificativa apresentada, seguindo a instrução correspondente, mesmo perdendo fichas. Os participantes P32 e P33 não seguiram a instrução correspondente durante as 20 tentativas. Já os Participantes P34 e P35 emitiram poucas respostas especificadas pela instrução, permanecendo, durante a maior parte da Fase, sob controle das consequências imediatas produzidas pelo comportamento de não seguir instrução.

Na Figura 5, observa-se que todos os participantes (P41, P42, P43, P44 e P45) expostos à Condição IV iniciaram as Fases 1, 2 e 4, seguindo a instrução discrepante e ao longo das fases deixaram de seguir a instrução e passaram a responder de acordo com as contingências programadas para cada fase. Na Fase 3, quando era apresentada uma instrução correspondente que especificava respostas cuja emissão produzia perda de fichas e uma justificativa social (aprovação do experimentador) para o seguimento da instrução correspondente (mesmo perdendo fichas), observa-se que nenhum participante ficou sob controle da justificativa apresentada.

Frequência Acumulada de Respostas



Tentativas

Figura 5. Frequência acumulada de respostas de seguimento de instrução (linha sólida) e de não seguimento de instrução (linha tracejada), para cada participante da Condição 4, durante cada fase (F) experimental. Quebras na curva acumulada indicam mudanças de fase. Nas Fases 1, 2 e 4 eram apresentadas instruções discrepantes das contingências programadas para cada Fase, cujas respostas produziam perda de fichas, enquanto que o não seguimento da instrução discrepante evitava perda de fichas. Já na Fase 3 era apresentada uma instrução correspondente (que especificava respostas que produziram perda de fichas) com uma justificativa social (aprovação do experimentador) para o seguimento da instrução correspondente.

Discussão

Os resultados do presente estudo mostraram que, dos 20 participantes expostos às quatro condições experimentais, o comportamento de 17 participantes (P11, P12, P13, P14 e P15, P23, P24 e P25, P32, P33, P34 e P35, P41, P42, P43, P44 e P45) ficou sob controle da história experimental de reforço para o seguimento e não seguimento de instrução e das consequências imediatas produzidas pelo comportamento de seguir instruções (ganhar fichas) e não seguir instruções (evitar perda de fichas), enquanto que o comportamento de dois participantes (P21 e P22, Condição II) ficou sob controle da justificativa social (aprovação do experimentador) apresentada para a emissão de um comportamento alternativo ao que produzia fichas e o comportamento de um terceiro participante (P31, Condição III) ficou sob controle da justificativa social (ajudar os outros) para o seguimento de instrução correspondente, que produzia perda de fichas.

Os desempenhos destes 17 participantes indicam que o controle pela história experimental e pelas consequências imediatas produzidas pelo comportamento de seguir e não seguir instruções superou o controle pelas consequências atrasadas relatadas nas instruções (justificativas sociais). Nas Condições I e II, os Participantes P11, P12, P13, P14, P15, P23, P24 e P25, emitiram as respostas que produziam fichas, descritas nas instruções correspondentes em todas as fases, mesmo quando na Fase 3 foram apresentadas justificativas sociais (ajudar os outros e aprovação do experimentador) para a emissão de um comportamento alternativo ao que produzia fichas. Nas Condições III e IV, os Participantes P32, P33, P34, P35, P41, P42, P43, P44 e P45 deixaram de seguir instruções discrepantes nas Fases 1, 2 e 4 e deixaram de seguir instrução correspondente na Fase 3 (instrução que especificava respostas, que se emitidas produziram a perda de fichas), independentemente das justificativas sociais

apresentadas para o seguimento da instrução (ajudar os outros e aprovação do experimentador).

Tais resultados estão de acordo com evidências experimentais que apontam que o comportamento de seguir regras tende a ser mantido quando as regras correspondem às contingências de reforço programadas no experimento (Hayes & cols., 1986; Joyce & Chase, 1990; LeFrançois & cols., 1988; Paracampo & col., 2001) e tende a ser abandonado quando produz consequências aversivas (Albuquerque & cols., 2004; Galizio, 1979; Paracampo & cols., 1993; Paracampo & cols., 2001; Paracampo & cols., 2007), mesmo quando o seguir regras é monitorado pela presença do experimentador (Albuquerque & cols, 2004). Adicionalmente, apóiam a proposição de Skinner (1969) de que regras são seguidas porque o comportamento de seguir regras foi reforçado no passado.

Analisando os desempenhos de P21, P22 (Condição II) e P31 (Condição III) observa-se que na Fase 3 o controle pelas consequências atrasadas (justificativas sociais) prevaleceu sobre o controle pela história de reforço para o seguir (P21 e P22) e o não seguir instruções (P31) nas Fases 1 e 2 e pelas consequências imediatas produzidas pelo comportamento descrito na instrução (ganhar fichas – Condição II) e pela consequência imediata produzida pelo comportamento de não seguir instrução (evitar perder fichas – Condição III). P21 e P22 emitiram comportamentos alternativos ao especificado pela instrução apresentada no início da Fase 3 (comportamentos sob controle de justificativas), independentemente da história de reforço para o seguimento de instrução correspondente e independentemente do tipo de consequência imediata programada para a não emissão das respostas descritas na instrução correspondente (não obtenção de fichas). P31 emitiu as respostas especificadas pela instrução apresentada no início da Fase 3, apesar de ter sido exposto a uma história de reforço para o não

seguimento de instrução e de ter contactado com as consequências aversivas imediatas (perda de fichas) para o seguimento de instrução na maioria das tentativas.

Os desempenhos de P21, P22 e P31 corroboram outros encontrados na literatura (Albuquerque & Oeiras, 2011; Carvalho, 2013, Castro, 2013; Matsuo, 2012) que têm mostrado que a apresentação de justificativas torna mais provável a emissão de comportamentos de seguir regras com baixa probabilidade de ocorrência.

Assim, de modo geral, os resultados do presente estudo, apoiam tanto a proposição de que regras são seguidas devido a uma história em que o seguimento de regra foi reforçado e o não seguimento foi punido (Skinner, 1969), quanto à proposição que afirma que regras são seguidas, em parte, devido à apresentação de justificativas para o seu seguimento e não seguimento (Albuquerque, 2005; Albuquerque & Paracampo, 2010).

É importante, entretanto, analisar quais variáveis podem ter contribuído para que as justificativas sociais utilizadas no presente estudo não tenham afetado o desempenho dos 17 participantes que ficaram sob controle de suas histórias experimentais e das consequências imediatas para o seguir e não seguir instruções. Para tanto, é necessário comparar os resultados do presente estudo com outros encontrados na literatura (Albuquerque & Oeiras, 2011; Carvalho, 2012; Castro, 2013; Matsuo, 2012) que manipularam diferentes tipos de justificativas e observaram que justificativas podem tornar mais provável a emissão de comportamentos de seguir regras em situações desfavoráveis à emissão deste comportamento. É possível que as diferenças de resultados observadas sejam devidas a diferenças metodológicas entre estes estudos.

Comparando os resultados das Condições I e II do presente estudo, com os resultados obtidos nos estudos de Carvalho (2012) e Matsuo (2012), nos quais a maioria dos participantes ficou sob controle de justificativas para a emissão de comportamentos

que produziam atrasos na obtenção de reforços ou requeriam alto custo de resposta, respectivamente; pode-se sugerir que, o tipo de justificativa utilizada é uma variável que afeta a emissão do comportamento sob controle dessas justificativas. No estudo de Carvalho (2012) foram utilizadas justificativas temporais e monetárias, que descreviam que os participantes poderiam ganhar pontos imediatamente ou o dobro de pontos, mas com atraso de uma semana, respectivamente. No estudo de Matsuo (2012), foram utilizadas justificativas que descreviam que os participantes poderiam ganhar o dobro de pontos para si mesmo e/ou ganhar pontos para si e para outros, ou ainda ganhar o dobro de pontos para si e para outros. Já nas Condições I e II do presente estudo foram apresentadas justificativas que descreviam que os participantes poderiam deixar de ganhar fichas trocáveis por brinquedos, para doar para crianças carentes ou para deixar o experimentador muito feliz. Ou seja, nos estudos de Carvalho e Matsuo emitir comportamentos sob controle das justificativas não envolvia deixar de obter reforçadores, o que ocorria no presente estudo. Em outras palavras, os estudos de Carvalho e Matsuo relatavam consequências que favoreciam sempre o próprio participante ou o participante, mais outras pessoas. Já o presente estudo, relatava consequências que beneficiavam ou o participante ou outras pessoas (ajudar crianças carentes - Condição I). Mesmo quando era relatada uma consequência que favoreceria o próprio participante (deixar o experimentador muito feliz com o seu comportamento – Condição II), a natureza desta consequência é diferente da natureza das consequências atrasadas relatadas nos estudos de Carvalho (ganhar pontos imediatamente ou o dobro atrasado) e Matsuo (ganhar o dobro de pontos e/ou ajudar os outros a ganhar o dobro de pontos).

Resta analisar por que nas Condições I e II oito de dez participantes não ficaram sob controle, na Fase 3, das justificativas quando o comportamento para o qual a

justificativa era apresentada apenas deixava de produzir reforço, considerando que há estudos mostrando que o comportamento de seguir regras, sob determinadas condições, tende a ser mantido quando deixa de produzir reforços após mudanças não sinalizadas nas contingências ou quando são apresentadas regras discrepantes (Hayes & cols., 1986; Paracampo & cols., 2001; Santos & cols., 2004; Shimoff & cols., 1981). É possível que isto tenha ocorrido porque nas Condições I e II as mudanças nas contingências eram sinalizadas pela apresentação de uma instrução correspondente que descrevia tanto o comportamento que produzia reforço quanto descrevia que a emissão do comportamento inverso não produziria reforço, mas produziria ajuda para outros ou a aprovação do experimentador. Resultados experimentais têm mostrado que o seguir regras tende a deixar de ocorrer quando mudanças nas contingências são sinalizadas pela apresentação de regras que indicam que irão ocorrer mudanças nas contingências (Joyce & Chase, 1990; Santos & cols., 2004).

Somado a isso, a instrução não especificava explicitamente as respostas que deveriam ser emitidas para ajudar os outros ou receber aprovação do experimentador, apenas dizia: “Se você não fizer o que eu disse, você não ganhará fichas, mas as fichas que você deixar de ganhar serão doadas para crianças carentes trocarem por brinquedos na lojinha” ou “Se você não fizer o que eu disse, você não ganhará fichas, mas eu ficarei muito feliz com seu comportamento”. Dados experimentais apontam que o comportamento de seguir regra é menos provável de ocorrer quando a regra não especifica o comportamento a ser estabelecido do que quando especifica tal comportamento (Braga & cols., 2005).

Além disso, nas Condições I e II do presente estudo todos os participantes foram expostos, antes da fase em que era apresentada a instrução correspondente com uma justificativa social para a não emissão das respostas descritas na instrução (Fase 3), a

uma história de reforçamento para seguir instruções (Fases 1 e 2), o que provavelmente contribuiu para que oito de dez participantes emitissem na Fase 3 o comportamento que produzia fichas – consequências imediatas - ao invés de emitirem o comportamento que não produzia fichas, mas ajudava os outros ou agradava o experimentador – consequências atrasadas relatadas na regra. A literatura aponta que o seguimento de regra tende a ser mantido quando o participante é exposto a uma história de reforço para o seguimento de regra correspondente (Albuquerque & cols., 2003; Albuquerque & cols., 2006; Martinez & Tomayo, 2005; Skinner, 1969). Nos estudos de Carvalho (2012) e Matsuo (2012) os participantes também foram expostos a histórias de reforço, mas a histórias de reforço para seguir instruções que descreviam tanto consequências imediatas quanto justificativas para emissão de um comportamento alternativo; diferentemente no presente estudo, os participantes foram expostos a uma história de reforço que descrevia apenas consequências imediatas, o que pode ter contribuído para que os participantes tenham emitido na Fase 3 o comportamento que produzia fichas e não o comportamento alternativo para o qual a justificativa era apresentada.

Analisando comparativamente as Condições III e IV do presente estudo com a Condição I, do trabalho de Albuquerque e Oeiras (2011) observa-se que em ambos os estudos os participantes foram expostos a uma história de reforço para não seguir instruções e, posteriormente, a instruções contendo justificativas para segui-las, entretanto, no estudo de Albuquerque e Oeiras a maioria dos participantes seguiu a instrução discrepante sob controle da justificativa apresentada, já no presente estudo, a maioria dos participantes não seguiu a instrução correspondente que produzia perda de reforçadores para a qual era apresentada uma justificativa para segui-la. A diferença nos resultados destes estudos pode ser devida ao tipo de consequência imediata produzida pelo comportamento para o qual a justificativa era apresentada. No estudo de

Albuquerque e Oeiras a consequência imediata era a não obtenção de pontos e no presente estudo era a perda de fichas. Na literatura há estudos mostrando que o comportamento de seguir regras tende a ser mantido quando deixa de produzir reforços (Hayes & cols., 1986; Paracampo & cols., 2001; Paracampo & cols., 2007; Santos & cols., 2004; Shimoff & cols., 1981), mas tende a ser abandonado quando produz perda de reforçadores (N. M. A. Albuquerque & cols., 2004; Chase & Danforth, 1991; Galizio, 1979; Paracampo & Albuquerque, 2004; Paracampo & cols., 2007; Pinto & cols., 2008).

Considerando esta análise não fica claro, então, por que a maioria dos participantes expostos as Condições I e II do presente estudo, não emitiram o comportamento sob controle da consequência atrasada relata na regra, uma vez que a emissão deste comportamento apenas deixava de produzir reforços, tal como ocorria no estudo de Albuquerque e Oeiras. Além das variáveis já apontadas acima, é possível que os participantes das Condições I e II não tenham ficado sob controle das justificativas porque as justificativas eram apresentadas na forma de sugestão, enquanto que no estudo de Albuquerque e Oeiras a justificativa era apresentada na forma de acordo. Da mesma forma, nas Condições III e IV do presente estudo, as justificativas eram apresentadas na forma de sugestão. Resultados experimentais têm mostrado que o seguimento de regra é menos provável de ser mantido quando a regra é apresentada na forma de uma sugestão, do que quando é apresentada na forma de uma ordem ou de um acordo (Albuquerque & cols., 2011; Farias & cols., 2011).

No estudo conduzido por Castro (2013), tal como ocorreu no presente estudo, 17 de 20 participantes não ficaram sob controle das consequências atrasadas relatadas nas instruções (justificativas). No estudo de Castro (2013), a consequência imediata produzida pelo comportamento para o qual a justificativa era apresentada, também era a

perda de fichas trocáveis por brinquedos, o que sustenta a análise feita acima de que é mais provável que participantes emitam comportamentos com baixa probabilidade de ocorrência sob controle de justificativas para emití-los quando este comportamento produz reforços ou deixa de produzir reforços (Albuquerque & Oeiras, 2011; Carvalho, 2012; Matsuo, 2012) do que quando produz perda de reforços (Castro, 2013). Neste sentido, pode-se sugerir que o controle por histórias de reforço para não seguir regras tem maior probabilidade de se sobrepor ao controle por justificativas para seguir regras, quando a consequência imediata produzida pelo comportamento de seguir regras envolve a perda de reforçadores. Por outro lado, é mais provável que o controle por consequências atrasadas relatadas nas regras (justificativas) se sobreponha ao controle por histórias de reforço para não seguir regras, quando as consequências imediatas produzidas pelo comportamento de seguir regras envolvem apenas a não obtenção de reforçadores.

Uma outra similaridade entre o presente estudo e o conduzido por Castro (2013) é que em ambos os estudos os participantes foram crianças com idades entre sete e nove anos, diferentemente dos estudos de Albuquerque e Oeiras (2011), Carvalho (2012) e Matsuo (2012) cujos participantes eram adultos universitários. Castro, analisando seus resultados, sugere que crianças têm uma curta história de seguir regras e de exposição a justificativas para segui-las, o que pode também ter influenciado no fato dos participantes dos dois estudos não terem ficado sob controle das justificativas apresentadas.

Além disso, é importante destacar que dos três participantes (P21, P22 e P31) que ficaram sob controle das justificativas sociais apresentadas no presente estudo, dois (P21 e P22) ficaram sob controle da justificativa que envolvia aprovação do experimentador. Partindo da proposição de que o monitoramento da tarefa tende a

aumentar a probabilidade de o seguimento de regra vir a ocorrer, quando as consequências são planejadas pelo falante (Hayes, & Cols., 1986; Hayes, Zettle & Rosenfarb, 1989; Zettle & Hayes, 1982); e de dados experimentais (Albuquerque & cols, 2004; Barret & cols., 1987; Cerutti, 1989; Monteles & cols, 2006) que propõem que o seguimento de regra é mais provável de ocorrer quando é monitorado e não envolve perda de reforçadores, sugere-se que a justificativa que envolveu aprovação social do experimentador exerceu mais controle porque a consequência atrasada (ficar muito feliz com o comportamento do participante) seria apresentada pelo próprio experimentador e a sua presença monitorando o comportamento do ouvinte, aumentou a probabilidade de o ouvinte ficar mais sob controle de tal justificativa do que da justificativa que prometia ajudar outras crianças, uma vez que, embora ajudar os outros seja um comportamento reforçado na nossa cultura, as crianças carentes que seriam beneficiadas não estavam presentes na situação experimental, monitorando a emissão do comportamento de doar. Adicionalmente, sugere-se que a justificativa do experimentador de “ficar muito feliz com o comportamento do participante” foi mais efetiva em favorecer a emissão do comportamento alternativo para o qual a justificativa era apresentada, porque pode ter funcionado como um exemplo de classe de consequências sociais relatadas nas regras a que crianças são geralmente expostas quando fazem alguma coisa considerada “correta” nas suas interações com adultos, conforme proposto por Monteles e cols. (2006).

Em síntese, considerando os resultados do presente estudo e a análise comparativa feita com outros resultados encontrados na literatura, pode-se sugerir que os efeitos de justificativas sobre a ocorrência e manutenção do comportamento de seguir regras dependem mais da combinação entre o conjunto de condições favoráveis e o conjunto de condições não favoráveis, do que uma ou outra condição isoladamente

(Albuquerque & cols, 2003; Albuquerque & cols, 2006). Com base nessa proposição, quanto maior o número de condições favoráveis, em relação ao número de condições não favoráveis a emissão e a manutenção do comportamento de seguir regras, maior a probabilidade desse comportamento ser mantido e vice e versa.

Neste sentido, é provável que a maioria dos participantes do presente estudo não tenham ficado sob controle das justificativas apresentadas, porque o conjunto de condições não favoráveis à emissão do comportamento sob controle da justificativa, era maior do que o conjunto de condições favoráveis. Por exemplo, nas Condições I e II seriam consideradas condições desfavoráveis: 1) a história de reforço para o seguimento de instrução correspondente (Fases 1 e 2); 2) a apresentação, na Fase 3, de uma instrução que descrevia comportamentos que produziriam fichas (reforçado na história); 3) a sinalização de que a emissão de um comportamento alternativo não produziria fichas e, 4) a não especificação do comportamento alternativo, para o qual a justificativa era apresentada. As únicas condições que favoreciam que o comportamento ficasse sob controle da justificativa era a não obtenção de reforçadores e a presença do experimentador monitorando o desempenho dos participantes. Nas Condições III e IV seriam consideradas condições desfavoráveis: 1) a história de reforço para o não seguimento de instrução discrepante (Fases 1 e 2); 2) as consequências imediatas produzidas pelo comportamento de seguir instruções (perda de fichas), para o qual a justificativa era apresentada. A única condição favorável era a presença do experimentador monitorando o desempenho dos participantes.

Por fim, é importante que pesquisas futuras continuem investigando o papel de justificativas relatadas nas regras, com o objetivo de esclarecer os efeitos isolados e combinados de algumas das variáveis aqui apontadas sobre a probabilidade de ocorrência de comportamentos sobre controle de justificativas. Por exemplo, pesquisas

futuras poderiam replicar pesquisas já realizadas com adultos e com crianças, com intuito de checar se diferenças observadas entre estes estudos são devidas ao tipo de população que foi investigada. Poderiam também, manipular em um mesmo estudo diferentes tipos de consequências programadas para o comportamento para o qual a justificativa é apresentada, bem como manipular diferentes tipos de histórias experimentais antes da apresentação de justificativas. Além disso, poderiam manipular outros tipos de justificativas comparando os efeitos de diferentes justificativas.

A realização de novos estudos nessa linha de pesquisa contribuirá para esclarecer que tipos de justificativas exercem maior controle sobre o comportamento de seguir e não seguir regras em diferentes populações e sob quais condições esse controle é mais efetivo. Desse modo, ampliará o conhecimento já existente acerca da função das propriedades formais das regras sobre o estabelecimento e manutenção do comportamento de seguir regras, constituindo-se num recurso para a comunidade verbal aumentar a probabilidade de emissão de comportamentos com baixa probabilidade de ocorrência.

Referências

- Albuquerque, L. C. (2001). Definições de regras. Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, P. P. & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (pp.132-140). Santo André: ARBytes.
- Albuquerque, L. C., & Ferreira, K. V. D. (2001). Efeitos de regras com diferentes extensões sobre o comportamento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 143-155.
- Albuquerque, L. C., de Souza, D. G., Matos, M. A., & Paracampo, C. C. P. (2003). Análise dos efeitos de histórias experimentais sobre o seguimento subsequente de regras. *Acta Comportamental*, 11, 87-126.
- Albuquerque, N. M. A., Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L.C. (2004). Análise do papel de variáveis sociais e de consequências programadas no seguimento de instruções. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 17, 31-42.
- Albuquerque, L. C. (2005). Regras como instrumento de análise do comportamento. Em L. C. Albuquerque (Org.), *Estudos do comportamento* (pp.143-176). Belém: Edufpa.

- Albuquerque, L. C., Reis, A. A., & Paracampo, C. C. P. (2006). Efeitos de uma história de reforço contínuo sobre o seguimento de regra. *Acta Comportamentalia*, 14, 47-75.
- Albuquerque, L., & Silva, F. (2006). Efeitos da exposição a mudanças nas contingências sobre o seguir regras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), pp. 101-112.
- Albuquerque, L., Reis, A., & Paracampo, C. (2008). Efeitos de histórias de reforço, curtas e prolongadas, sobre o seguimento de regras. *Acta Comportamentalia*, pp. 305-332.
- Albuquerque, L. C., & Paracampo, C. C. P. (2010). Análise do controle por regras. *Psicologia USP*, 21, 253-273.
- Albuquerque, L. C., Mescouto, W. A., & Paracampo, C. C. P. (2011). Controle por regras: efeitos de perguntas, sugestões e ordens. *Acta Comportamentalia*, 19, 19-42.
- Albuquerque, L. C., Oeiras, M. F. (2011). Efeitos de uma história de exposição a justificativas sobre o seguimento de regras [Resumo]. *Anais da 41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, Belém, Pará.
- Barret, D. H., Deitz, S. M., Gaydos, G. R., & Quinn, P. C. (1987). The effects of programmed contingencies and social conditions on responses stereotypy with human subjects. *The Psychological Record*, 34, 489-505.
- Braga, M. V. N., Albuquerque, L. C., & Paracampo, C. C. P. (2005). Análise dos efeitos de perguntas e de instruções sobre o comportamento não-verbal. *Interação em Psicologia*, 9, 77-89.
- Carvalho, N. C. A (2012). *Análise do Efeito de Histórias Experimentais e de Consequências Relatadas na Regra sobre o Comportamento de Seguir Regras*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Castro, J. L. (2013). Efeitos de promessas de reforço de maior e menor magnitude sobre o seguir instruções em crianças. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Cerutti, D. (1989). Discriminative theory of rule-governed behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 51(2), pp. 259-276.
- Chase, P., & Danforth, J. (1991). The role of rules in concept learning. Em: L. Hayes, & P. Chase, *Dialogues on verbal behavior* (pp. 205-225). Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- Farias, A. F., Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2011). Efeitos de ordens, sugestões e acordos sobre o comportamento não-verbal de adultos. *Acta Comportamentalia*, 19, 65-88.

- Galizio, M. (1979). Contingency-shaped and rule-governed behavior: Instructional control of human loss avoidance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *31*, 53-70.
- Hayes, S. C., Brownstein, A. J., Zettle, R. D., Rosenfarb, I., & Korn, Z. (1986). Rule governed behavior and sensitivity to changing consequences of responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *45*, 237-257.
- Hayes, S. C., Zettle, R. D., & Rosenfarb, I. (1989). Rule following. In: S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 191-220). New York: Plenum
- Joyce, J. H., & Chase, P. N. (1990). Effects of response variability on the sensitivity of rule-governed behavior. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *54*, 251-262.
- LeFrancois, J. R., Chase, P. N., & Joyce, J. H. (1988). The effects of variety of instructions on human fixed-interval performance. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, *49*, 383-393.
- Martinez, H., & Tomayo, R. (2005). Interactions of contingencies, instructional accuracy, and instructional history in conditional discrimination. *The Psychological Record*, *55*, 633-646.
- Matsuo, G. L. (2012). *Efeitos de Regras que Relatam Justificativas Sobre o Comportamento de Seguir Regras*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Monteles, K. M. C., Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2006). Efeitos de uma história de reforço contínuo e de conseqüências sociais sobre o seguir regras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *19*, 186-196.
- Newman, B., Buffington, D. M., & Hemmes, N. S. (1995). The effects of schedules of reinforcement on instruction following. *The Psychological Record*, *45*, 463-476.
- Paracampo, C. C. P., Albuquerque, L. C. & Fontes, J. C. S. (1993). Análise de algumas das variáveis responsáveis pela manutenção do seguimento de regras. *Anais da 45ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, p. 984.
- Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2004). Análise do papel das conseqüências programadas no seguimento de regras. *Interação em Psicologia*, *8*, 237-245.
- Paracampo, C. C. P., de Souza, D. G., Matos, M. A., & Albuquerque, L. C. (2001). Efeitos de mudança em contingências de reforço sobre o comportamento verbal e não verbal. *Acta Comportamental*, *9*, 31-55.
- Paracampo, C. C. P., Albuquerque, L. C., Farias, A. F., Carvalló, B. N., & Pinto, A. R. (2007). Efeitos de conseqüências programadas sobre o comportamento de seguir regras. *Interação em Psicologia*, *11*, 161-173.

- Paracampo, C. C. P., Silva, D.H.P. (2012). *Efeitos de punição contingente ao comportamento de seguir regras sobre o comportamento subsequente se seguir regras*. Relatório de pesquisa PIBIC. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Paracampo, C. C. P., Pureza, H. Q. (2012). *Efeitos de extinção contingente ao comportamento de seguir regras sobre o comportamento subsequente de seguir regras*. Relatório de pesquisa PIBIC. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Pinto, A. R., Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2008). Efeitos de perda de reforçadores sobre o seguir regras em participantes flexíveis e inflexíveis. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento, 1*, 111-125.
- Santos, J. G. W., Paracampo, C. C. P., & Albuquerque, L. C. (2004). Análise dos efeitos de histórias de variação comportamental sobre o seguimento de regras. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 17*, 413-425.
- Shimoff, E., Catania, A., & Matthews, B. (1981). Uninstructed human responding: Sensitivity of low-rate performance to schedule contingencies. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 36*, pp. 207-220.
- Silva, L., & Albuquerque, L. (2007). Efeitos de histórias comportamentais sobre o comportamento de seguir regras discrepantes das contingências. *Interação em Psicologia, 11*, pp. 11-25.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Schlinger, H. & Blakely, E. (1987). Functions altering effects of contingency-specifying stimuli. *The Behavior Analyst, 10*, 41-45.
- Torgrud, L. J., & Holborn, S. W. (1990). The effects of verbal performance descriptions on nonverbal operant responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 54*, 273-291.
- Tupinambá, G. S. (2007). *Efeitos de histórias experimentais e de justificativas sobre o seguimento de regras concorrentes*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Wulfert, E., Greenway, D. E., Farkas, P., Hayes, E. C., & Douguer, M. J. (1994). Correlation between self-reported rigidity and rule-governed insensitivity to operant contingencies. *Journal of Applied Behavior Analysis, 27*, 659-671.
- Zettle, R. D., & Hayes, S. C. (1982). Rule governed behavior: A potential theoretical framework for cognitive behavior therapy. In P. C. Kendall (Ed.), *Advances in cognitive behavioral research and therapy* (pp. 73-118). New York: Academic.

Anexo

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMO DISPOSTO
NA RESOLUÇÃO CNS 196/96 E NA RESOLUÇÃO CFP Nº016/2000**

Projeto: Efeitos de histórias experimentais e de justificativas sociais sobre o comportamento de seguir regras em crianças.

Prezado (a) responsável,

Estou realizando uma pesquisa que objetiva investigar que tipo de variável torna mais provável o seguimento e o não seguimento de regras em crianças, através da realização de um jogo, durante o qual as crianças trabalharão com cartões contendo desenhos coloridos diversos, que serão postos sobre uma mesa que mudará de cor, conforme a instrução dada. Sendo assim, as crianças serão solicitadas a apontar para um dos desenhos quando a mesa estiver de determinada cor. A pesquisa será conduzida com crianças de 7 a 9 anos de idade, cursando o 2º ou 3º ano do ensino fundamental.

Para tanto, solicito sua autorização para que seu filho (a) participe da pesquisa e para que as suas respostas (apenas as mãos) sejam filmadas com o objetivo de conferência dos dados. Será garantido o sigilo absoluto sobre a identidade dos participantes da pesquisa.

Informo ainda, que os resultados finais da pesquisa (que não incluem as imagens filmadas) serão tornados públicos, podendo ser divulgados em apresentações em congressos e/ou em trabalhos escritos. Na divulgação dos resultados os participantes serão identificados por números e letras, e não por seus nomes.

Gostaria de ressaltar que caso a criança se sinta desconfortável ou incomodada, por qualquer motivo, ela poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para a mesma.

O benefício que esse trabalho poderá trazer para a criança não é direto e imediato, mas os resultados alcançados poderão contribuir para esclarecer que tipo de variável torna mais provável o seguimento e o não seguimento de regras em crianças e, deste modo, poderão vir a ser úteis para pais, professores e outros que no seu dia-a-dia lidam com questões relativas à aprendizagem.

Desde já agradeço a sua colaboração e coloco-me à sua disposição para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa

Lorena de Medeiros Sousa

Tel. (91) 81271428

End. Avenida 16 de Novembro, 691/1201.

E-mail: lo_medeiros@hotmail.com

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por minha livre vontade, autorizo a realização da pesquisa com filmagem com a criança _____ a qual está sob minha responsabilidade legal.

Assinatura do Responsável